

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

**O SENTIDO DO PECADO E O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA: UMA
ABORDAGEM TEOLÓGICA E PASTORAL**

ORIENTANDO: WARLEY BARBOSA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: DR. ELI FERREIRA GOMES

GOIÂNIA-GO

2022

WARLEY BARBOSA DE OLIVEIRA

**O SENTIDO DO PECADO E O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA: UMA
ABORDAGEM TEOLÓGICA E PASTORAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Teologia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do Professor Orientador Dr. Pe. Eli Ferreira Gomes.

GOIÂNIA-GO

2022

Dedico este trabalho aos meus pais, Ozana Barbosa de Oliveira e Simar Evaristo de Oliveira (In memoriam) que nunca mediram esforços para favorecer meu desenvolvimento intelectual e espiritual, e à minha irmã, Indiane Barbosa de Oliveira e minha sobrinha Sofia que são os bens mais preciosos que tenho e tive.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado capacidade e força para superar as dificuldades. De modo especial, agradeço à diocese de São Luís de Montes Belos, nas pessoas de: Dom Lindomar Rocha Mota e do meu Reitor Pe. Marcio Jean da Silva, por favorecer, alimentar o meu crescimento intelectual e espiritual, e proporcionar meios para que nada faltasse para que obtivesse bom êxito ao longo dessa trajetória acadêmica.

A esta Instituição de ensino, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram os meios necessários para que eu crescesse intelectualmente e pessoalmente, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes;

Ao meu orientador Professor Doutor Pe. Eli Ferreira Gomes, pela dedicação e paciência.

E a todos meus amigos e irmãos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

O fruto mais precioso do perdão, obtido pela Penitência, consiste na reconciliação com Deus, a qual se verifica no segredo do coração do filho pródigo, e reencontrado, que é cada penitente. Mas é preciso acrescentar que tal reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que vão remediar outras tantas rupturas, causadas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo próprio no íntimo mais profundo do próprio ser, onde recupera a própria verdade interior; reconcilia-se com os irmãos, por ele de alguma maneira agredidos e lesados; reconcilia-se com a Igreja; e reconcilia-se com toda a criação. A tomada de consciência de tudo isto faz nascer no penitente, no final da celebração, um sentimento de gratidão para com Deus pelo dom da misericórdia que recebeu; e a Igreja convida-o à ação de graças. Todos os confessionários são um espaço privilegiado e abençoado, do qual, uma vez eliminadas as divisões, surge, novo e incontaminado, um homem reconciliado - um mundo reconciliado!

(São João Paulo II)

RESUMO

Na Sagrada Escritura, o pecado é apontado como a causa da separação do homem com Deus. A queda é o marco principal da origem do pecado e das deficiências no mundo. O pecado, na linguagem do Antigo Testamento, é sempre a desobediência do homem ao mandato de Deus. No entanto, Deus faz uma aliança com seu povo e que tem como principal objetivo a comunhão com Ele. Nessa perspectiva, Deus concede ao povo de Israel a Terra Prometida, como lugar teológico de comunhão e fidelidade, tal compreensão da terra se dá paulatinamente. Todavia, Deus nunca cessa de chamar o seu povo a conversão, sendo que essa se caracteriza pela mudança de vida e um retorno a Deus através das práticas penitenciais. Diferentemente das narrativas bíblicas, na atualidade o sentido do pecado não se tem tanta importância, pois muitos homens não se sentem mais pecadores. Contudo, o pecado tira seu conceito na desobediência do homem frente aos mandamentos de Deus. É uma falta contra a razão, contra a verdade e a reta consciência. Podemos dizer, que o pecado é o egoísmo do homem que mergulhado em certos bens inferiores, chega à negação de Deus. A consequência do pecado é a morte física e espiritual. Apesar disso, o homem tem em seu interior uma luz onde ressoa a voz do próprio Deus que o convida, ao mesmo tempo não impõe a fazer o bem e a evitar o mal, isso é o que chamamos de consciência moral. A consciência moral é o poder de escolha que parte da liberdade é o juízo humano frente a duas realidades: o bem e o mal moral. A verdade em relação ao bem e o mal é conhecida concretamente pelo juízo prático da consciência, que leva a pessoa a assumir a responsabilidade do ato realizado. Na qualidade de voz ativa de Deus no homem, a consciência nos estimula a fazer atos segundo aquilo que conhecemos. É a consciência que dá sentido ao pecado. Todavia, para se ter um verdadeiro sentido do pecado, devemos em primeiro lugar formar a nossa consciência moral. A Igreja, sabendo que o homem nasce sujeito à culpa original e, que por causa da fragilidade de sua natureza ele tende sempre ao pecado, sabe também que só é possível que o homem se liberte dele reconhecendo que é um ser sujeito ao pecado. Somente pelo autoconhecimento dessa realidade se pode aproximar da libertação oferecida por Deus, através do sacramento da penitência.

Palavras-Chaves: Pecado, Consciência, Conversão, Igreja, Sacramento da Penitência.

RIASSUNTO

Nella Sacra Scrittura, il peccato è indicato come causa della separazione dell'uomo da Dio. La caduta è il segno principale dell'origine del peccato e delle carenze nel mondo. Il peccato, nel linguaggio dell'Antico Testamento, è sempre la disobbedienza dell'uomo al comando di Dio. Tuttavia, Dio fa un'alleanza con il suo popolo e il cui obiettivo principale è la comunione con Lui. In questa prospettiva, Dio concede al popolo d'Israele la Terra Promessa, come luogo teologico di comunione e fedeltà, tale comprensione della terra avviene gradualmente. Tuttavia, Dio non smette mai di chiamare il suo popolo alla conversione, che è caratterizzata da un cambiamento di vita e da un ritorno a Dio attraverso pratiche penitenziali. A differenza delle narrazioni bibliche, oggi il senso del peccato non è così importante, poiché molti uomini non si sentono più peccatori. Tuttavia, il peccato trae il suo concetto dalla disobbedienza dell'uomo ai comandamenti di Dio. È una colpa contro la ragione, contro la verità e la retta coscienza. Possiamo dire che il peccato è l'egoismo dell'uomo che, immerso in certi beni inferiori, giunge alla negazione di Dio. La conseguenza del peccato è la morte fisica e spirituale. Nonostante ciò, l'uomo ha in sé una luce dove risuona la voce di Dio stesso che lo invita, nello stesso tempo non si impone di fare il bene e di evitare il male, questo è ciò che chiamiamo coscienza morale. La coscienza morale è il potere di scelta che viene dalla libertà, è il giudizio umano di fronte a due realtà: il bene morale e il male. La verità in relazione al bene e al male è concretamente conosciuta dal giudizio pratico di coscienza, che porta la persona ad assumersi la responsabilità dell'atto compiuto. In quanto voce attiva di Dio nell'uomo, la coscienza ci incoraggia ad agire secondo ciò che sappiamo. È la coscienza che dà senso al peccato. Tuttavia, per avere un vero senso del peccato, dobbiamo prima formare la nostra coscienza morale. La Chiesa, sapendo che l'uomo nasce soggetto alla colpa originaria e che per la fragilità della sua natura è sempre incline al peccato, sa anche che l'uomo può liberarsene solo riconoscendosi soggetto peccare. Solo attraverso la conoscenza di sé di questa realtà si può avvicinarsi alla liberazione offerta da Dio, attraverso il sacramento della penitenza.

Parole-chiave: Peccato, Coscienza, Conversione, Chiesa, Sacramento della Penitenza.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	11
1 A COMPREENSÃO DO PECADO, DA CONVERSÃO E DA RECONCILIAÇÃO NA SAGRADA ESCRITURA	14
1.1 A origem do pecado e suas consequências	15
1.2 O significado da aliança e a compreensão de pecado para o povo de Israel	22
1.3 A conversão no Antigo Testamento.....	28
1.4 Conversão à fé em Jesus Cristo e a reconciliação cristã.....	30
2 O SENTIDO DO PECADO	33
2.1 O conceito de pecado	33
2.2 O sujeito moral como ser dotado de liberdade	35
2.3 A consciência moral e lei de Deus	38
2.4 A moralidade dos atos humanos	45
2.5 A perda e o sentido do pecado	47
3 A PENITÊNCIA SACRAMENTAL NA VIDA DA IGREJA	56
3.1 O sacramento da penitência no Concílio de Trento.....	56
3.2 A penitência sacramental no espírito do Vaticano II.....	59
3.3 O sacramento da penitência e sua atualidade.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74

LISTA DE SIGLAS

CEC Catecismo da Igreja Católica.

DH Denzinger-Hünemann, Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral.

SC *Sacrosanctum Concilium*, Constituição sobre a Sagrada Liturgia, Concílio Vaticano II.

LG *Lumen Gentium*, Constituição Dogmática sobre a Igreja, Concílio Vaticano II.

GS *Gaudium et Spes*, Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo, Concílio Vaticano II.

EG *Evangelii Gaudium*, Exortação Apostólica: a alegria do Evangelho, Francisco.

VS *Veritatis Splendor*, Carta Encíclica, João Paulo II.

RP *Reconciliatio et Paenitentia*, Exortação pós-sinodal sobre a reconciliação e a Penitência na Missão da Igreja Hoje, João Paulo II.

CDSI Compêndio da Doutrina Social da Igreja, Pontifício Conselho “justiça e paz”.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar sobre o sentido do pecado e do sacramento da penitência numa abordagem teológica e pastoral. O método utilizado é o dedutivo, ou seja, parte de premissas gerais para conclusões particulares. O método de procedimento foi o histórico, com o recurso à pesquisa exploratória bibliográfica, integrada ao método teológico (*auditus fidei*, *intellectus fidei* e *applicatio fidei*).

O trabalho parte do levantamento dos dados da revelação, contidos na Sagrada Escritura e na Tradição da Igreja, comentados por autores antigos dentro da literatura patrística (*auditus fidei*). A partir de então, procurou-se organizar os dados obtidos em uma estrutura racional, conforme a sistematização clássica da teologia, tendo presente a reflexão teológica e magisterial da Igreja (*intellectus fidei*). Buscou-se, então, encontrar caminhos para a aplicação na vida cristã dos conteúdos elaborados (*applicatio fidei*). Para o desenvolvimento desse trabalho utilizamos de uma linha de pesquisa em escritos de diversos autores, de modo especial, temos como base, os livros: Penitência e Unção dos Enfermos do autor Gonzalo Flóres; a exortação apostólica de São João Paulo II – *Reconciliatio et Paenitentia*; Teologia do Sacramento da Penitência do autor José Ramos Regidor.

Percebe-se que há no decorrer da história da humanidade, uma perda do sentido do pecado e uma desvalorização do sacramento da penitência (confissão). É urgente olhar a problemática do pecado para que, compreendendo o seu verdadeiro sentido teológico e suas consequências para a vida cristã, seja possível também valorizar o sacramento da penitência tão caro para a Igreja.

Em meados do século XX, o Papa Pio XII, já dizia que –“o pecado do século é a perda de sentido de pecado”. Hoje esta afirmação de Pio XII não deixa de ser atual. A sociedade em que vivemos parece ter perdido a noção do verdadeiro sentido do pecado.

No decorrer da história da humanidade o pecado tem causado muitos males, no entanto, foi-se perdendo seu sentido por causa de vários pensamentos, de falta de referência moral, de ideologias e movimentos contraditórios que vem surgindo ao longo dos tempos. Tais elementos acabam banalizando a figura do pecado e desqualificando-o. O mesmo acontece com os sacramentos, acabam perdendo o sentido que Deus quis aos instituí-los, levando as pessoas a perderem o sentido da vida.

O medo da condenação eterna não tem mais relevância na vida das pessoas. A procura da graça sacramental da penitência, a reconciliação com Deus e com os irmãos, não têm mais importância na atual conjuntura de valores da sociedade contemporânea. Isto se

percebe pelo número decrescente de fiéis que se declaram como tal sem religião ou ateus. Este trabalho quer fazer com que as pessoas entendam a necessidade de estar em comunhão com Deus e com os irmãos, que saibam procurar a misericórdia de Deus através de uma correta confissão sacramental e que os que estão em estado de pecado voltem para Deus.

Essa monografia está dividida em três capítulos que versam sobre o sentido do pecado e o sacramento da penitência. No primeiro capítulo buscou-se investigar a compreensão do pecado, da conversão e da reconciliação na Sagrada Escritura, através do desenvolvimento de quatro pontos, a saber: 1º A origem do pecado e suas consequências - com a finalidade de compreender como se deu a origem do pecado e como ele afeta a humanidade. 2º O significado da aliança e a compreensão de pecado para o povo de Israel buscando mostrar que o significado da aliança para o povo de Israel foi amadurecendo ao longo de sua história. 3º A conversão no Antigo Testamento - procurando compreender que a conversão é o chamado de Deus a seu povo, à comunhão consigo. 4º Conversão à fé em Jesus Cristo e a reconciliação cristã - onde se mostra que através do encontro com Cristo o homem se reconhece e se assume como pecador, compreende que seus pecados é, em realidade, uma ofensa a Deus e que o perdão se dá na acolhida da fé em Jesus Cristo.

No segundo capítulo procurou-se desenvolver a questão do sentido do pecado. Num primeiro momento, estudou-se o conceito de pecado, buscando mostrar como ele é compreendido na Igreja. No segundo ponto foi feita uma análise do sujeito moral como ser dotado de liberdade, tentando mostrar que é pela liberdade que o homem é constituído sujeito moral de seus atos. No terceiro ponto, procurou-se discorrer sobre a consciência moral e a lei de Deus, tentando demonstrar que é pela consciência que o homem descobre a lei que o convida a fazer o bem e evitar o mal. O quarto ponto, abordou-se a moralidade dos atos humanos, procurando esclarecer que todos os atos humanos são determinados como atos morais e são qualificáveis em atos bons ou maus. Por fim, como último ponto desse capítulo, falou-se sobre a perda do sentido do pecado, tentando mostrar os elementos destrutivos que na atualidade tentam ofuscar o sentido do pecado no homem, consumados após a perda do sentido de Deus e da fé.

O terceiro e último capítulo busca falar sobre a penitência sacramental na vida da Igreja. Para isso, tratou-se de alguns pontos, a saber: o primeiro se refere ao desenvolvimento do sacramento da penitência a partir do Concílio de Trento; o segundo sobre a penitência sacramental no espírito do Vaticano II; o terceiro e último aborda o sacramento da penitência e sua atualidade, tentando esclarecer o que é este sacramento e qual sua importância na vida da Igreja, os atos do penitente e a crise que o circunda.

É necessário, ainda, trazer à reflexão o sentido do pecado e suas consequências e evidenciar o valor sacramental da penitência para a vida dos fiéis cristãos. Compreender-se pecador é entender também que existe um Deus que ama e que concede o perdão e a misericórdia a quem o procura de coração sincero. Tal perdão, que vem da misericórdia de Deus, é transmitido pelo sacramento da penitência que, por sua vez, serve para a santificação dos fiéis.

1 A COMPREENSÃO DO PECADO, DA CONVERSÃO E DA RECONCILIAÇÃO NA SAGRADA ESCRITURA

*Quando a alma abandona o corpo, acontece a morte física.
Quando a alma abandona a Deus, dá-se a morte espiritual.
Santo Agostinho.*

No decorrer da história da humanidade percebe-se que o pecado tem causado muitos males. Foi-se perdendo o sentido do pecado por causa de vários pensamentos, da falta de referência moral, de ideologias e movimentos contraditórios que surgiram ao longo do tempo. Tais pensamentos acabaram banalizando a figura do pecado, desqualificando-o e, conseqüentemente, também os sacramentos. A perda do sentido de Deus leva as pessoas a uma perda do sentido da vida.

O medo da condenação eterna acaba não tendo mais relevância na vida das pessoas. A procura da graça sacramental da penitência, a reconciliação com Deus e com os irmãos, não têm mais importância na atual conjuntura de valores na atualidade. Isto se verifica através do quadro decrescente de pessoas que se dizem fiéis e do aumento daqueles que se consideram sem religião ou ateus. Assim, há uma necessidade de compreender o pecado, a conversão e a reconciliação, a partir da Sagrada Escritura e como deve ser o desenvolvendo e amadurecendo dessa compreensão.

Para entender a importância de se ter um correto sentido do pecado, abordaremos quatro pontos, a saber: a origem do pecado e suas conseqüências; o significado da aliança e a compreensão de pecado para o povo de Israel; a conversão no Antigo Testamento e a conversão à fé em Jesus Cristo e a reconciliação cristã. A respeito da origem do pecado, vamos utilizar Santo Agostinho, padre e doutor da Igreja, pois, se empenhou bastante sobre este tema e seu pensamento, ainda hoje, é atual como descreve o Papa Bento XVI:

Santo Agostinho: homem de paixão e de fé, de grande inteligência e incansável solicitude pastoral, este grande santo e doutor da Igreja é muito conhecido, pelo menos de fama, também por quem ignora o cristianismo ou não tem familiaridade com ele, porque deixou uma marca muito profunda na vida cultural do Ocidente e de todo o mundo. Pelo seu singular relevo, Santo Agostinho teve uma influência vastíssima, e poder-se-ia afirmar, por um lado, que todas as estradas da literatura latina cristã levam a Hipona. [...] Raramente uma civilização encontrou um espírito tão grande, que soubesse acolher os seus valores e exaltar a sua intrínseca riqueza, inventando ideias e formas das quais se alimentariam as gerações vindouras, como ressaltou também Paulo VI: "Pode-se dizer que todo o pensamento da antiguidade conflui na sua obra e dela derivam correntes de pensamento que permeiam toda a

tradição doutrinal dos séculos sucessivos" (AAS 62, 1970, p. 426). Além disso, Agostinho é o Padre da Igreja que deixou o maior número de obras¹.

Percebe-se, na fala do Papa Bento XVI, que Santo Agostinho foi e continua sendo uma referência para toda a humanidade, pois seu pensamento é atual e deve ser levado em conta para tratar de tais assuntos.

1.1 A origem do pecado e suas consequências

Para Santo Agostinho, o mal jamais poderia vir de Deus, pois Deus é o sumo Bem de onde emana todas as coisas boas. Ao falar sobre o problema da origem do mal, Agostinho é diferente de vários pensadores de sua época, por essa razão ele foi contra as concepções maniqueístas entre outras. Partindo sempre de uma análise bíblica, ele funda uma nova visão de mal, que se deriva da própria vontade humana, já que para os maniqueus e principalmente para Pelágio² havia convicções que comprometiam a relação da graça divina.

Pelágio afirmava que o pecado original não era transmitido para as demais gerações, assim, Agostinho combateu essa heresia com punho forte. Ao combater essa heresia, ele vinculou o pecado original a humanidade decaída e mostrou a necessidade de uma restauração interior para voltarmos ao estado de graça perante àquele que nos criou³. Para atualizar essa importante descoberta de Agostinho, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que, “ao ceder ao Tentador, Adão e Eva cometem um pecado pessoal, mas este pecado afeta a natureza humana, que vão transmitir em um estado decaído. É um pecado que será transmitido por propagação à humanidade inteira, isto é, pela transmissão de uma natureza humana privada da santidade e da justiça originais”⁴. A partir do pecado da origem, há uma continuidade desse ato, pois ele cria no homem uma inclinação ao mal, gerando a escravidão aos vícios pela repetição dos mesmos atos pecaminosos.

¹ Papa Bento XVI. **Catequese do Papa Bento XVI sobre Santo Agostinho**. Audiência geral, Sala Paulo VI – Cidade do Vaticano, Quarta-feira 9 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://agostinianos.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Catequese-de-Bento-XVI-sobre-Santo-Agostinho.pdf>

² Segundo Pelágio e seus seguidores o pecado de Adão é fruto de um ato particular que não poderia ser vinculado a toda a humanidade, desse modo, Pelágio nega totalmente a transmissão do pecado original para a humanidade, fazendo que esse pensamento comprometesse a doutrina da graça divina. A partir disso, Agostinho não ficou parado a esse respeito, por essa razão ele combateu de frente tais heresias, vinculando o pecado original a toda a humanidade e mostrando a necessidade da graça divina para a restauração do homem decaído (Cf. FERNANDES, Maria Imaculada Azevedo. **Interioridade e conhecimento em Agostinho de Hipona**. Tese (mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11759>>. Acesso em: 02/03/2022, p.25 nota 40).

³ Cf. FERNANDES, p. 25-26, nota 40.

⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Trad.: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2008, n. 115.

Para o Hiponense, o mal não tem nenhuma materialidade, ou seja, o mal ou o pecado melhor dizendo, não provém da matéria, não tem uma substância própria existente no mundo que se contraponha àquilo que é bom. O pecado seria como algo que indica a inferioridade e a finitude da natureza humana, ou seja, mostra uma imperfeição, revelando que os seres humanos são mutáveis e contingentes. Afirma Agostinho em sua obra *Confissões*: “Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim *uma perversão da vontade desviada da substância suprema*”⁵. Pode-se pensar que para Agostinho o mal não existe; não no sentido material como já dissemos, ou como algo existente por si mesmo, mas o que podemos falar que existe, é um dinamismo da natureza humana, onde ela pode escolher por sua vontade em praticar o bem ou o mal. Assim, o homem não é um ser passivo diante dos imperativos do mal e do bem que provém do exterior, mas é um sujeito ativo de uma vontade que decide entre um e outro⁶.

Para Agostinho, a vontade não é apenas uma atitude racional, pois ela parte de um dinamismo entre alma e corpo, mas provém de uma decisão pessoal do homem, a partir de um conflito interior entre duas vontades: entre o bem e o mal. Assim nos afirma Agostinho: existem “duas vontades, uma concupiscente, outra dominada, uma carnal e outra espiritual, batalhavam mutuamente em mim. Discordando, dilaceravam-me a alma”⁷. Pode-se então perceber que no homem existem duas vontades, uma que é próprio da alma que se direciona para o bem pela qual foi criada, e a outra que é próprio da carne que o conduz para a corrupção e ao pecado.

Podemos perceber que em Agostinho a alma tem proeminência em relação ao corpo, isso decorre de sua adesão ao neoplatonismo tão presente em sua época. Dessa maneira, o Hiponense se separa das concepções filosóficas já existentes até então, e também da herança Grega em relação a vontade como o anseio do bem ao conhecimento, pois para Agostinho a vontade não depende puramente do conhecimento, mas de uma decisão do próprio sujeito frente ao dinamismo existente nele⁸.

O mal (o pecado) seria, para Agostinho, uma anomalia⁹ da vontade humana e um afastamento radical de Deus, não somente isso, o mal seria a privação de algum bem¹⁰, ele

⁵ AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De Magistro**. 1.ed. Tradução: de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973, p. 142, grifos do autor.

⁶ A vontade é uma faculdade racional que nos permite tomar atitudes, fazer escolhas independente do mundo externo, Cf. FERNANDES, 2007, p.26.

⁷ AGOSTINHO, 1973, pp.156-157.

⁸ Cf. FERNANDES, 2007, p.26.

⁹ O mal seria uma anomalia da vontade humana, porque ela estaria indo contra a sua própria natureza que foi criada para o bem, ou seja, o mal seria um desvio mesmo da vontade humana, estaria indo contra o direcionamento para qual foi criada.

seria um obstáculo para que o bem aconteça. Nesse sentido quando a alma se direciona para algo que não é o sumo Bem ela está privando a ação do Bem em seu favor e assim ela vai cada vez mais se afastando da sua perfeição natural. Agostinho afirma que o mal é um fato do próprio homem e fruto da sua liberdade de escolha, ou seja, do livre-arbítrio.

O mal, portanto, estaria dentro do homem, é fruto de sua liberdade e vontade de escolha. Agostinho trazendo o mal para dentro do homem, afirma esse dinamismo da natureza humana. As consequências dele são de responsabilidade do homem e não do Criador. É, pois pela vontade que o homem decide se faz o bem, para o qual foi direcionado ou se faz o mal, afastando-se do sumo Bem. O pecado é o fruto das dificuldades e dos problemas do homem em Agostinho.

Partindo de suas análises bíblicas, Agostinho mostra que o pecado, ou melhor, a própria origem do mal no mundo, foi causada pela desobediência de Adão. A partir de então a alma humana decaiu de seu estado originário. Assim revela o relato bíblico:

Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no Jardim de Éden para cultivar e o guardar. E Iahweh Deus deu ao homem este mandamento: “Podes comer de todas as árvores do jardim. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres terás que morrer”. [...] A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos, que Iahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: “Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim? A mulher respondeu à serpente: “Nós podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte”. A serpente disse então à mulher: “Não, não morrereis! Mas Deus sabe que, no dia em que dele comereis, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal”. A mulher viu que a árvore era boa ao apetite e formosa à vista, e que essa árvore era desejável para adquirir discernimento. Tomou-lhe do fruto e comeu. Deu-o também a seu marido, que com ela estava, e ele comeu. Então abriram-se os olhos dos dois e perceberam que estavam nus, entrelaçaram folhas de figueira e se cingiram¹¹ (*Gn* 2, 15-17 e *Gn* 3, 1-7).

Agostinho, partindo do livro do Gênesis, assinala que a origem do pecado não provém da árvore do conhecimento do bem e do mal, mas da liberdade do próprio homem. Ele afirma que: “essa árvore não produzia alimento nocivo, nem que aquele que criara boas todas as coisas viessem a criar alguma coisa má no paraíso, mas que o mal para o homem foi a transgressão do preceito¹²”. A árvore era boa, como vimos no comentário de Agostinho, e

¹⁰ O mal é, pois, a privação de algum bem, pois se fosse de todo o mal as coisas que fossem más deixariam de existir, pois o mal provém de algo que é bom por natureza, criado pelo sumo Bem que é Deus, assim nenhuma criatura pode ser toda má, pelo simples fato já mencionado que o mal não tem materialidade e muito menos substância própria (Cf. AGOSTINHO, 1973, p. 140).

¹¹ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2019.

¹² AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Gênesis**. 1.ed. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Editora Paulus, 2005, p. 282. (Coleção Patrística, número 21)

que a causa da queda, ou melhor, do mal no mundo foi a desobediência. A árvore em si não teria nenhum mal, mas o fruto do pecado foi a desobediência a Deus.

A partir daí o homem se vê imerso no pecado, pois agora tal condição faz parte de sua natureza decaída. O homem por sua vontade, escolheu se afastar do seu Criador. Agora ele precisa empenhar-se com muito esforço para voltar a comunhão com o seu Senhor. O fato, segundo o *Doctor Gratiae*, é que o homem foi persuadido pelo inimigo de Deus¹³, que o incentivou a desobedecer à ordem dada a ele pelo Criador, dizendo-lhe que se comesse do fruto seria igual a Deus¹⁴. Portanto, o homem dotado de liberdade e vontade optou por afastar-se de Deus e por egoísmo quis ser igual a Ele. Segundo Agostinho, aí está à causa da queda de sua natureza, que antes era completa em Deus, agora há uma degradação da mesma pela desobediência.

A virtude da obediência dada por Deus para o homem era para Ele a mais excelente das virtudes, como diz Gilson sobre a soberania da obediência humana: “Deus teria proibido ao homem de comer um determinado fruto, assim, impôs-lhe a obediência, virtude que, em uma criatura racional, é a mãe e a guardiã de todas as virtudes¹⁵”. Dessa maneira a obediência é a virtude por excelência dada ao homem por Deus, mas tal virtude foi desconsiderada por ele, por um ato egoísta, ao preferir a si mesmo do que ao próprio Criador. Desobedecendo-o foi causa de sua própria condenação e degradação, sendo responsável pelas degradações futuras, transmitidas a toda espécie humana.

Sobre a desobediência nos afirma o CDSI: “Desobedecer a Deus significa furtar-se ao seu olhar de amor e querer administrar por conta própria o existir e o agir no mundo. A ruptura da relação de comunhão com Deus provoca a ruptura da unidade interior da pessoa humana, da relação de comunhão entre o homem e a mulher e da relação harmoniosa entre os homens e as demais criaturas”¹⁶. Portanto, o problema do pecado não provém da árvore ou do fruto, mas provém da desobediência do próprio homem em fazer o que Deus proibira. Assim, pode-se intuir que é um problema do próprio mal-uso do livre-arbítrio, pois foi pela vontade que o homem quis desobedecer a ordem de seu Criador. Não podemos esquecer que pelo mau

¹³ Na visão bíblica, esse inimigo de Deus seria um dos anjos que por livre vontade quis desobedecer aos mandados de Deus, assim ele se corrompeu e levou uma legião consigo. (C f. AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Parte II. 6.ed. Tradução de Oscar Paes Lemes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003, p 63 Coleção pensamento humano).

¹⁴ Mas podemos perceber que no coração do homem já havia uma vontade egoísta que o levou a cometer tal delito (Cf. AGOSTINHO, 2003, pp.152-153).

¹⁵ GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. 2.ed. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Editoras Discurso editorial; Paulus, 2010, p. 284.

¹⁶ CDSI, n. 27.

uso do livre arbítrio entrou a degradação da natureza humana pelo pecado, agora na humanidade há uma continuidade desse ato.

A desordem natural ocorrida pelo pecado¹⁷, não pode ser atribuída ao pecado, mas sim a livre vontade do homem em optar pelo erro. O mal é obra da vontade humana, que escolheu em seu livre-arbítrio voltar-se para o pecado, para o erro. Dessa maneira não se pode atribuir ao pecado a desordem ou a degradação da natureza decaída, mas a própria vontade humana. Agora o homem perdeu essa perfeita e plena liberdade que possuía no paraíso, se tornando escravo do pecado e dependente dos sentidos corpóreos e consecutivamente também do mundo material. Algumas limitações que o homem passou a ter após a queda de sua natureza se revela pelas limitações e pela morte física e espiritual.

O pecado tem a sua origem na própria vontade humana, que, por conseguinte usou de seu livre arbítrio e da razão para cometer a ofensa a Deus¹⁸. Não foi injusta, da parte de Deus, a condenação que o homem recebeu por seu delito, pois antes, Deus o havia colocado a par das consequências de sua desobediência. São duas consequências apresentadas por Deus ao homem segundo Agostinho: “na verdade, tais são as duas reais penalidades para toda alma pecadora: a ignorância e a dificuldade. Da ignorância, provém o vexame do erro; e da dificuldade, o tormento que aflige”¹⁹. Os erros que o homem agora comete no processo de conhecimento e a dificuldade de encontrar a verdade é, pois, o problema que o pecado trouxe para toda alma racional, são limitações que não derivam da natureza primeira da alma, mas já é fruto da degradação dessa pelo pecado.

¹⁷ Sobre o pecado o CEC, nos fala: “O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a consciência reta; é uma falta ao amor verdadeiro para com Deus e para com o próximo, por causa de um apego perverso a certos bens. [...] Como o primeiro pecado, é uma desobediência, uma revolta contra Deus, por vontade de tornar-se “como deuses”, conhecendo e determinando o bem e o mal (*Gn* 3,5). O pecado é, portanto, “amor de si mesmo até o desprezo de Deus” CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000, n. 1849. Dessa forma, podemos entender que o pecado é primeira instância a desobediência ao preceito de Deus e o apego extremo e perverso dos bens terrenos.

¹⁸ Desse modo, Novaes vai dizer que: “Agostinho, contrariamente, nega que a necessidade de pecar suprima a vontade. Antes tal necessidade é expressão do livre-arbítrio de uma vontade não obstante existente, persistente. A necessidade de pecar exprime a incapacidade doentia, isto é, segundo uma *condição* e não segundo a *natureza*, incapacidade de realizar uma de suas opções *reais* possíveis, a saber, pecar ou não pecar” (NOVAES, Moacyr. **A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho**. 2.ed. São Paulo: Editoras Discurso editorial; Paulus, 2009, p. 315, grifos do autor). Agostinho, portanto, defendendo a fé cristã, coloca no homem as consequências de seus atos pecaminosos, isso vai à contraposição das concepções maniqueístas que colocavam que o pecado fazia parte da natureza humana como uma necessidade, mas como vimos na citação, o pecado seria apenas fruto de uma condição do homem tendo em vista o dinamismo de sua alma de poder escolher entre o bem e o mal, por isso, o pecado surgiu da vontade interior do homem e não de algo externo a ele.

¹⁹ AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. 4.ed. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2004, p. 210 (Coleção Patrística, número 8).

A alma humana não consegue mais chegar por si mesma à Verdade eterna²⁰, imutável e universal. Ela precisa de um elemento fundamental segundo Agostinho, que é a adesão a fé, por meio da revelação divina. Somente pela fé, a razão conseguiria reconhecer a verdade interior que a habita e a transcende. Essa impossibilidade por si mesma de conseguir alcançar a Verdade imutável é o elemento primordial na busca dessa, através do cristianismo e por meio da revelação bíblica, que Santo Agostinho consegue encontrá-la. Isso porque existe um meio para o homem conseguir encontrar a Verdade: pela adesão da fé.

Mesmo que em toda criatura exista uma ordem natural que a conduza ao Bem, à Verdade, a Deus, o homem exterior acaba não percebendo tal direcionamento e por seu livre arbítrio, vai se afastando dessa ordem natural²¹. Pode-se dizer que esse homem exterior só existe graças ao pecado original²². Podemos dizer que após a queda da natureza humana, essa seria a nossa atual condição de seres humanos, como fala Agostinho:

Em consequência de nossa condição humana, que nos converte em seres mortais e carnis, lidamos mais fácil e familiarmente com as realidades visíveis do que com as inteligíveis. Ainda que aquelas sejam exteriores e estas interiores; e que percebamos aquelas pelos sentidos do corpo, e estas as compreendamos pela mente. E isso embora sejamos almas não sensíveis, isto é, corporais, mas sim inteligíveis, já que somos vida. Contudo, como disse anteriormente, estamos tão familiarizados com o que é corporal e de tal modo nossa atenção resvala com facilidade para o mundo exterior, que ao ser arrastada da incerteza do mundo corporal para se fixar no espiritual, com conhecimento muito mais certo e estável, a nossa atenção retorna ao que é sensível e deseja aí repousar – justamente de onde vem sua fraqueza. [...] Dotado de sentidos, o homem exterior percebe por eles os corpos. E esses sentidos, como é fácil perceber, são cinco: vista, ouvido, olfato, gosto e tato. [...] O que um deles nos revela, há de valer para todos. Por isso, apoiemo-nos principalmente no testemunho da visão. É ele o mais excelente dos sentidos e ainda que de outro gênero, mostra-se o mais próximo à visão da inteligência²³.

²⁰ O homem não tem mais a capacidade de captar ou mesmo de alcançar a verdade por si mesmo, assim nos mostra Agostinho: “o Filho unigênito, consubstancial ao Pai e co-eterno dignou-se assumir integralmente o homem. [...] Demonstrou assim aos homens carnis e incapazes de captar espiritualmente a verdade, e escravos dos sentidos corporais, quão elevado lugar ocupa, na criação, a natureza humana” (AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião**. 1.ed. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2002, p.53, Coleção Patrística, número 19). Portanto, o Filho de Deus, e segunda pessoa da Santíssima Trindade, teve que mostrar para a humanidade seu devido lugar na criação e para onde elas devem se dirigir. Desse modo, vemos que a natureza humana é incapaz por si mesma de chegar a verdade, isso se mostra pela necessidade do próprio Filho de Deus ter mostrado a ela assumindo a natureza humana para ser seu Mestre e guia.

²¹ Cf. MORESCHINI, Cláudio. **História da filosofia patrística**. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Editora Loyola, 2008, p. 463.

²² O pecado original foi a causa da existência do homem exterior, porque antes que a natureza humana fosse corrompida pelo pecado, o homem não se deixava ser conduzido pelos vícios e seduções carnis. Agora após a queda vemos que aqueles que por vontade afastam-se do Bem e se voltam para o pecado, ou seja, aqueles que são atraídos pelas coisas mundanas e passageiras, são visivelmente servos da sua condição corpórea, nesse sentido, a alma deixa ser conduzida pelos desejos e vontades do corpo e assim cada vez mais se afasta de seu Deus, esse é o homem exterior.

²³ AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. 3.ed. Tradução de Agustino Belmonte. São Paulo: Editora Paulus, 1995, p. 336 (Coleção Patrística, número 7).

Nessa perspectiva de Agostinho, o homem após a queda, percebe uma adesão voluntária do conhecimento corporal fornecido pelos sentidos, que seria quase uma forma natural de conhecimento para o homem exterior. No entanto, tal modo de conhecer é uma fraqueza, porque não parte do conhecimento espiritual, que é uma forma de conhecimento correto e verdadeiro. O conhecimento que nos é mais familiar é o que parte das coisas visíveis, ou melhor, do sensível, por causa da nossa real condição humana após a queda, assim, nos apresenta os cinco sentidos, mas tais sentidos só podem funcionar pela alma que dá vida ao corpo. A partir do pecado original, o homem tende mais facilmente ao pecado, isso é inerente a sua atual condição de ser decaído.

Outra consequência que o pecado trouxe para a natureza humana foi o que São Paulo falando sobre o pecado original em sua carta aos Romanos diz: “por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte” (*Rm* 5, 12). Aqui São Paulo se refere não apenas sobre a morte física, mas também sobre a morte espiritual, que podemos entender como a condenação eterna²⁴, ou seja, o afastamento radical da alma de Deus. A morte física também pode ser vista não como um fardo insuportável carregado pela humanidade, mas como um remédio, como escreve o Papa Bento XVI, em sua carta encíclica *Spe Salvi*:

Sem dúvida, a morte não fazia parte da natureza, mas tornou-se natural; porque Deus não instituiu a morte ao princípio, mas deu-a como remédio. Condenada pelo pecado a um trabalho contínuo e a lamentações insuportáveis, a vida dos homens começou a ser miserável. Deus teve de pôr fim a estes males, para que a morte restituísse o que a vida tinha perdido. Com efeito, a imortalidade seria mais penosa que benéfica, se não fosse promovida pela graça. Antes, Ambrósio tinha dito: « Não devemos chorar a morte, que é a causa de salvação universal »²⁵.

Então o pecado é a causa de toda a degradação humana, inclusive o autor da morte física e espiritual. No entanto, Deus em sua misericórdia, pondo um fim aos sofrimentos da humanidade causados pelo pecado, nos deu o grande remédio da morte física, para que através dela pudéssemos ganhar a vida junto d’Ele. Por fim, é possível perceber o caráter voluntário do pecado, e que o mal é fruto da liberdade humana que escolhe em qual direção seguir, entre o bem e mal.

²⁴ Sobre a morte eterna nos fala o CEC n. 1861: “O pecado mortal é uma possibilidade radical da liberdade humana, como o próprio amor. Acarreta a perda da caridade e a privação da graça santificante, isto é, do estado de graça. Se este estado não for recuperado mediante o arrependimento e o perdão de Deus, causa a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no inferno, já que nossa liberdade tem o poder de fazer opções para sempre, sem regresso”. CEC, n. 1861.

²⁵ Papa BENTO XVI. Carta Encíclica *Spe Salvi*: Sobre a Esperança Cristã. São Paulo: Paulinas, 2007, n. 10.

1.2 O significado da aliança e a compreensão de pecado para o povo de Israel

Vimos anteriormente que o pecado é o principal problema do homem e que faz parte de sua natureza após a queda. O pecado é a causa da separação do homem com Deus, como nos revela *Gn 3-4*: Adão e Eva pecaram ao desobedecerem a Deus. Comeram da árvore do conhecimento do bem e do mal e foram banidos do Jardim do Éden. Em seguida, Caim pecou tendo inveja e tirando a vida de seu irmão Abel²⁶. A partir daí os seres humanos, criados para a comunhão com Deus, preferiram, por egoísmo, abandoná-lo.

A queda é o marco principal da origem do pecado e de todas as deficiências que existem no mundo. É o dado histórico que elucida tanto a origem de todo mal existente na terra, como a concepção adequada de pecado. Lamentavelmente, entre a primeira criação que está descrita no livro do Gênesis e a segunda criação que se dá em Cristo – aquela que torna, os crentes, irmãos e irmãs Nele –, existe a negativa realidade do pecado, que destrói muitas vezes a fraternidade das criaturas e desfigura continuamente a nobreza de sermos da mesma família humana²⁷.

A narração das origens da família humana, o pecado de afastamento de Deus, da figura do pai e do irmão torna-se uma expressão da recusa da comunhão e traduz-se na cultura da escravidão, trazendo daí as consequências que se prolongam de geração em geração. O mal do pecado continuamente destrói a relação de Deus com o homem, pois o pecado é a recusa total da comunhão entre criatura e Criador. Com tal afastamento o homem se autodestrói pelos maus-tratos às pessoas, através da rejeição do outro, pelas guerras, homicídios, violação da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa e por inúmeras formas de desigualdade. Se revela então a necessidade de uma conversão contínua à Aliança levada a perfeição em Jesus Cristo, confiantes de que, “onde abundou o pecado, superabundou a graça (*Rm 5, 20-21*)²⁸.

Não compreender o fundamento de pecado no Antigo Testamento, impossibilita vislumbrar a graça redentora no Novo Testamento. O pecado, na linguagem do Antigo Testamento, é sempre pela desobediência e pela idolatria. Isto é verificado tanto pelo Pecado

²⁶ Cf. Papa Francisco. **Já não escravos, mas irmãos**. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2015, n. 2. Vaticano, 8 de dezembro de 2014. Acessado em: 12/04/2022.

Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20141208_messaggio-xlvi-giornata-mondiale-pace-2015.html

²⁷ Cf. Papa Francisco. **Já não escravos, mas irmãos**. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2015, n. 2. Vaticano, 8 de dezembro de 2014.

²⁸ Cf. Papa Francisco. **Já não escravos, mas irmãos**. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2015, n. 2. Vaticano, 8 de dezembro de 2014.

original, como foi dito, pela desobediência a Deus, como pela quebra insistente do Povo de Israel da Aliança.

Na Sagrada Escritura, a primeira Aliança que Deus estabelece, é com Noé, narrada no livro do *Gn* 6,9: “Eis a história de Noé: Noé era um homem justo, íntegro entre seus contemporâneos, e andava com Deus”. A história de Noé relata o momento em que, diante de todo mal do pecado que crescia na humanidade²⁹, Deus manda o dilúvio sobre a terra. Deus pela sua infinita misericórdia vê em Noé uma pessoa justa e íntegra que simboliza uma Aliança pela humanidade inteira e todas as criaturas, assim, não destruiu a humanidade por completo.

O livro de *Gn* 6, 18-19 relata o estabelecimento de uma Aliança: “Mas estabelecerei minha aliança contigo e entrarás na arca, tu e teus filhos, tua mulher e as mulheres de teus filhos contigo. De tudo o que vive, de tudo o que é carne, farás entrar na arca dois de cada espécie, um macho e uma fêmea, para os conservares em vida contigo”. Ao final do dilúvio, Deus volta a falar com Noé, firmando com ele uma aliança que se perduraria para todas as gerações futuras, dizendo:

Disse Deus: “Eis o sinal da aliança que instituo entre mim e vós e todos os seres vivos que estão convosco, para todas as gerações futuras: porei meu arco na nuvem e ele se tornará um sinal da aliança entre mim e a terra. Quando eu reunir as nuvens sobre a terra e o arco aparecer na nuvem, eu me lembrarei da aliança que há entre mim e vós e todos os seres vivos: toda carne e as águas não mais se tornarão um dilúvio para destruir toda carne” *Gn* 9,12-15.

O valor da aliança para Deus é sempre um compromisso de fidelidade com o seu povo, mas é uma via de mão dupla. A aliança que Deus faz com Noé é uma Aliança Cósmica, pois se caracteriza pela relação entre toda a criação e a fidelidade de Deus em uma ordem cósmica³⁰. No Antigo Testamento temos três alianças que Deus faz, a saber: a aliança cósmica com Noé descrita em *Gn* 9,12-15; a aliança com Abraão³¹ o tornando pai da Fé e outra com Moisés, estas últimas, podemos chamá-las de aliança Israelita, pois como diz Costa, “Deus revela-se a esses personagens visando constituir um povo, o povo de Israel, e preparando-o para receber a salvação definitiva que se daria com a vinda de Jesus Cristo”³².

²⁹ CEC, n. 57.

³⁰ O politeísmo, assim como a idolatria das nações agrupadas com seus clãs e de seu chefe, constituía uma contínua ameaça de perversão pagã (Cf. COSTA, França. **Jesus Cristo, o único salvador: Cristologia-Soteriologia**. 2ª Ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2020, p. 245).

³¹ Deus ao escolher Abraão para congregar a humanidade que estava dispersa, não só o chamou para ser o Pai de uma multidão de nações, mas inclusive faz uma aliança com ele e com a sua descendência, formando assim o povo de Deus, ao qual, posteriormente revelaria por meio de Moisés sua Lei (CEC, n. 59-72).

³² COSTA, 2020, p. 244.

No Antigo Testamento, no fundamento da aliança com o povo de Israel, encontramos o pai de todos os crentes Abraão, na centralidade da Aliança, encontramos Moisés e o Povo constituído pela Páscoa, no fundamento definitivo dessa Aliança encontramos a Nova Aliança em Cristo Jesus³³.

Vemos que o ciclo dos patriarcas é o conjunto de escritos literários encontrados no livro do Génesis aplicado aos patriarcas considerados antepassados de Israel³⁴. A partir do capítulo 12 do Génesis temos a figura de Abraão e com ele começa uma nova era, uma era determinante na história religiosa e no surgimento de um povo escolhido por Deus. Abraão recebe de Deus uma promessa: ser o pai de uma grande nação³⁵. Ele era um homem de muita fé, amigo do Senhor e depositário de sua promessa³⁶. Em Abraão, Deus ainda não realizou a sua promessa de guiar o povo escolhido para a terra prometida³⁷. Por isso, a promessa foi passada e renovada para seus descendentes, que são: Isaac, Jacó e o grande José que parecia anunciar o cumprimento da promessa. Mas seguiram anos de escravidão no Egito. Deus vendo o sofrimento de seu povo interveio, chamando Moisés, para libertar seu povo da escravidão e guiá-los para a terra prometida³⁸.

O Êxodo é um momento marcante e central na história e na memória do povo de Israel. O Êxodo como obra do Senhor, suscita uma figura singular: Moisés³⁹. Foi ele que tirou o povo da escravidão, não apenas o povo hebreu, mas também outros grupos seminômades descontentes da opressão dos Egípcios e conduziu-os para fora do Egito⁴⁰. Toda a caminhada de libertação, do Êxodo, foi sentida e contada como uma única e incrível libertação conduzida por Deus. Aos poucos, diferentes grupos se uniram e constituíram um povo organizado por famílias, clãs e tribos; implantaram uma espécie de sociedade solidária. Moisés criou um fortíssimo movimento religioso e impulsionou a grande realização literária que é o Pentateuco. A religião promovida por Moisés marcou por definitivo a fé e a prática do povo de Israel; sua lei foi colocada como regra de vida para as pessoas.

³³ Cf. COSTA, 2020, p. 244-245.

³⁴ Cf. ECHEGARAY, J. Gonzáles; ASURMENDI, J.; MARTINEZ, F. García; SCHÖKEL, L. Alonso; CARO, J. M. Sánchez; BARRERA, J. Treballe. **A bíblia e seu contexto**. Vol. 1, 2 ed. Tradução: Antônio Eduardo Quirino de Oliveira, Mário Gonçalves. São Paulo, SP: Ave-Maria. 2000. p. 121

³⁵ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John. **Chave para a Bíblia**, a promessa, a realização. Tradução: Josué Xavier, Alexandre Macintyre. São Paulo: Paulus, 1985. p. 252.

³⁶ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 253.

³⁷ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 252.

³⁸ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 253.

³⁹ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 253.

⁴⁰ Cf. ECHEGARAY, J. Gonzáles; ASURMENDI, J.; MARTINEZ, F. García; SCHÖKEL, L. Alonso; CARO, J. M. Sánchez; BARRERA, J. Treballe. **A bíblia e seu contexto**, 2000, p. 124.

Sobre a aliança que Deus faz com Moisés, descrita no livro do *Êxodo*, o Senhor diz a Moisés: “Eu vi, eu vi a aflição do meu povo que está no Egito, e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim, eu conheço os seus sofrimentos. E desci para livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo sair do Egito para uma terra fértil e espaçosa, uma terra onde corre leite e mel” (*Ex* 3, 7-8). Tal proximidade de Deus – a qual revela o Seu nome, “Eu sou aquele que sou” (*Ex* 3, 14) revela-se na libertação do povo da escravidão e na promessa, transformando-se em ação histórica, na qual origina o processo de identidade do povo do Senhor, através da obtenção da liberdade e da posse da terra que Deus lhes deu como dom⁴¹.

A generosidade do agir de Deus, historicamente eficaz, acompanha sempre o compromisso da Aliança, proposto pelo próprio Deus e assumida pelo povo de Israel. Assim, no Monte Sinai se concretiza a iniciativa de Deus na aliança com Israel, o qual recebe pelas mãos de Moisés o Decálogo dos mandamentos revelados pelo Senhor. Estes dez mandamentos implica e exprime a pertença do povo a Deus, instituída em termo de Aliança. Assim, tal existência moral é uma resposta amorosa da iniciativa de Deus para com o povo que Ele mesmo escolheu como seu. O decálogo indica um caminho extraordinário para a vida, mostrando as condições necessárias e seguras para uma existência liberta da escravidão do pecado⁴².

Infelizmente Moisés não conseguiu chegar com o povo à terra prometida, mas os conduziu até as suas entradas onde morreu. Mas delegou a Josué, seu sucessor, a tarefa de entrada na terra prometida. O povo entrou na terra, mas ainda não a tinham conquistado. Lutaram por dois séculos para que isso acontecesse⁴³.

O povo de Israel pré-monárquico, só tomou consciência de pecado a partir do seu ambiente espiritual, que era caracterizado pela imersão ao sagrado. Toda a existência do povo de Israel se baseava em uma única ordem, cujas normativas vinham do culto⁴⁴, não havendo nenhuma lei autônoma. Dessa forma, toda ofensa ao direito divino, conhecido pela forma de mandamentos cúlticos e por leis gerais não escritas, era considerado pecado para todo o Israel.

⁴¹ Cf. CDSI, n. 21.

⁴² Cf. CDSI, n. 22.

⁴³ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 253.

⁴⁴ Sobre o culto do povo de Israel a nível de conhecimento, nos fala Brigh: “O culto do Israel primitivo não se centralizava num sistema sacrificial, mas em certas grandes festas anuais. O Livro da Aliança relacionava três (*Ex* 23,14-17; 34,18-24), nas quais o adorador deveria apresentar-se diante de Iahweh: a festa dos ázimos, a festa da ceifa e das primícias e a festa da colheita. Todas estas festas eram mais antigas do que Israel e, salvo a festa da Páscoa, eram todas de origem agrícola. Israel recebeu-as de fora. [...] Devemos notar que Israel logo deu uma significação nova a tais festas, atribuindo-lhes um conteúdo histórico. [...] O seu culto, portanto, não se destinava a manter certo bem-estar material, como nas religiões pagãs, mas era uma recordação de sua história”. (BRIGHT, John. **História de Israel**. Trad.: Luiz Alexandre Solano Rossi/Eliane Cavaliere Solano Rossi. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003, p.213).

Assim, toda área de existência que o povo de Israel enfrentasse, o pecado, seja na política, no ambiente familiar, nas relações interpessoais, sempre se tratava da mesma realidade, da mesma ordem sagrada que Israel estava submetido. O pecado, portanto, para o povo de Israel era violar alguma ordem sagrada. Sempre que um pecado era cometido era considerado como uma ofensa direta a Deus e à sua soberania⁴⁵. O pecado cometido era visto também como um mal para a comunidade, como diz Rad:

[...] passamos a entender definitivamente por que a comunidade manifestava tanto interesse no pecado do indivíduo. É que não se tratava somente de uma carga moral, em nível ideal, que também afetava a ela, portanto, apenas de uma vaga perturbação interior nas suas relações com Deus. O que realmente ocorria é que o mal, desencadeado por um ato, teria que necessariamente provocar um efeito destruidor também sobre a comunidade, enquanto ela não rompesse, de maneira solene e ostensiva, a solidariedade com o malfeitor. Ele era considerado, num sentido direto e realista, portanto, um perigo para a comunidade⁴⁶.

Assim, o pecado cometido por uma pessoa, poderia trazer consequências para a comunidade, na compreensão de Israel. Ao fim desse período pré-monárquico houve o fracasso do rei Saul que quase destruiu a nação, mas Davi conseguiu salvar a situação, chegando a estabelecer um reino e até um império. Com seu grande feito, Davi conquistou um lugar ao lado de Abraão e Moisés: sendo os três os grandes responsáveis por formar o povo de Deus⁴⁷.

A lei, que é um sinal da aliança de Deus com o seu povo e da promessa, vai perdendo força depois do reinado do Rei Davi. O povo de Israel vai sucumbindo às tentações como os demais reinos. A infidelidade à Aliança e a desobediência ao decálogo, acabam desembocando no exílio⁴⁸. Aliança Deus faz em vista da fidelidade do homem a Ele, mas o homem acaba por vezes rompendo a Aliança. Sobre a fidelidade de Deus à Aliança, fala Ramos:

A fidelidade de Javé à aliança e a sua compaixão pela miséria do povo são o fundamento da fé na *misericórdia de Deus*. Tal misericórdia se estende a todos os homens. Ela se manifesta também nos castigos que servem para advertir o povo e o pecador, e reconduzi-lo assim à conversão e à reconciliação. Como disse Ezequiel, Deus não quer a morte do pecador, mas que se converta e viva.[...] Os ritos penitenciais constituíam essencialmente uma liturgia de súplica⁴⁹.

⁴⁵ Cf. RAD, Gerhard Von. **Teologia do Antigo Testamento**. Trad.: Francisco Catão. 2. ed. São Paulo: Aste/Targumim, 2006, p. 257-258.

⁴⁶ RAD, Gerhard Von, 2006, p. 260.

⁴⁷ Cf. HARRINGTON, Wilfrid John, 1985, p. 254.

⁴⁸ Cf. CEC, n. 709-710.

⁴⁹ RAMOS, Regidor José. **Teologia do Sacramento da Penitência**. Trad.: Roque Frangiotti; revisão José Joaquim Sobral. São Paulo: Paulus, 1989, p. 119.

Quando o povo rompe a Aliança Deus pune tal ação, através do exílio e do êxodo. Tal atitude por parte de Deus vai amadurecendo o povo no sentido do pecado, ao passo que percebe que quando transgride a Aliança com a prostituição religiosa Deus manda tais sofrimentos. Deus ao tirar a terra da promessa das mãos do seu povo, retira o lugar teológico de comunhão⁵⁰. Então o povo se vê em uma terra estrangeira sem a presença de Deus. Ao passo que o povo vai amadurecendo essa compreensão da terra como lugar de comunhão e da fidelidade a Aliança com os castigos autorizados por Deus. O povo vai sendo educado e conduzido à conversão e à reconciliação com Deus.

A ideia de Aliança que tinha o povo de Israel era uma aliança unilateral. Eles entendiam como uma obrigação de Deus, que não exigiria uma resposta humana. Desse modo, não exigiria do povo uma responsabilidade ou compromisso de fidelidade com a Aliança, assim, podemos perceber as inúmeras vezes que o antigo Israel quebrou a Aliança. Percebemos também que Moisés baseou-se o culto ao Senhor sobre o aspecto de aliança. A aliança como elemento cultural a Deus, tornando-se o ponto de partida para estabelecer a relação com o Senhor. Agora esclarece que a aliança é a relação Deus e seu povo. Pode-se observar que o conceito teológico de aliança é de relação entre humanidade e o divino. A aliança nessa perspectiva não é uma via de mão única, mas para ser fundada é necessário o compromisso e fidelidade do povo para com Deus⁵¹. Tal conceito de Aliança, vai se esclarecendo ao longo da história do povo de Israel, como nos diz Eichrodt:

A auto-revelação de Deus não se apreende de modo especulativo, não se oferece em forma de doutrina; Deus dá a conhecer seu próprio ser atuando na vida de seu povo e modelando-o conforme a sua vontade. Esta interpretação da aliança é indicada pelos acontecimentos históricos que a precedem: a fundação de uma ordem duradoura estabelecida sobre uma base de aliança aparece como o fim e a coroação da poderosa libertação do Egito; a força, o auxílio e a fidelidade que o povo experimentou antes em Yahweh se lhe oferecem neste instante como uma riqueza permanente e, por sua vez, submetem seu próprio comportamento a normas determinadas. Ao surgir como um fato concreto da história, como uma aliança expressa em formas históricas, à vontade de Yahweh representa uma urgência bem definida na vida prática, permitindo que o progresso natural dos conhecimentos espirituais sejam a causa primária da conceitualização religiosa⁵².

O entendimento da aliança do povo de Israel vai amadurecendo ao longo de sua história de povo escolhido por Deus. Tal aliança foi criando uma expansão imensa e se

⁵⁰ Aqui não se refere ao um lugar geográfico, mas lugar teológico como espaço de compreensão da aliança que se dá na comunhão e fidelidade para com Deus.

⁵¹ Cf. EICHRODT, Walther. **Teologia do Antigo Testamento**. Trad.: Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Hagnos, 2004, p. 24.

⁵² EICHRODT, Walther, 2004, p. 25.

enriquecendo como dimensão religiosa nesta relação humana e divina. A aliança não é apenas uma exigência da relação humano e divino, mas uma promessa: “Vós sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus”, assim a aliança garante uma finalidade à vida e um sentido à história⁵³.

1.3 A conversão no Antigo Testamento

A conversão é uma experiência religiosa. É uma resposta a um chamado divino. Os elementos que podemos tirar na Sagrada escritura a respeito desses dois eixos são: a realidade do pecado que determina o chamado à conversão e, o perdão que Deus oferece a quem se arrepende. Deus está sempre reestabelecendo a Aliança com o seu povo, perdando-o. O chamado a conversão expressa o amor de Deus ao seu povo⁵⁴.

A conversão na Sagrada Escritura aparece como um chamamento de Deus ao povo, convidando-o para a comunhão com Ele. Os profetas utilizam uma linguagem antropomorfizada ao se referir a Deus com a intenção de chegar ao coração e à vontade do homem. O fundamento bíblico sobre a conversão se fundamenta no Deus da Aliança, que escolheu o povo de Israel para dar a sua proteção e manifesta constantemente a sua vontade de auxílio e salvação⁵⁵.

Israel definiu o pecado com uma variedade de expressões, isto porque encarou o pecado de múltiplas maneiras⁵⁶. Para Flórez, o pecado é como uma categoria religiosa que exprime os males da sociedade e do homem, tanto físicos, como morais e sociais. O pecado, na literatura religiosa hebraica é uma realidade que ameaça a liberdade humana e pode afetar o destino do ser humano. Muitos profetas denunciam o pecado como um tipo de infidelidade da Aliança com Deus⁵⁷.

Para o Judeu, o pecado é uma realidade que pode contrariar os projetos divinos para o bem do povo de Israel. No Antigo Testamento há uma compreensão de que o pecado gera uma dívida do homem com Deus que somente Ele pode perdoar. O Antigo Testamento, além de denunciar o pecado, sugere a piedade como importante meio de se obter o perdão de Deus. Os sacrifícios expiatórios servem para restabelecer a reconciliação e purificar os pecados pessoais e do povo⁵⁸.

⁵³ Cf. EICHRODT, Walther, 2004, p. 25.

⁵⁴ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, **Penitência e unção dos enfermos**. Trad.: Antônio Efro Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 41.

⁵⁵ Cf. FLÓREZ, Gonzalo. 2007, p. 41-42.

⁵⁶ Cf. RAD, Gerhard Von, 2006, p.257.

⁵⁷ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 44-45.

⁵⁸ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 46-47.

Para o povo de Israel a expiação e o pecado têm um caráter pessoal de relação com Deus⁵⁹. Os sacrifícios expiatórios possuem dois efeitos:

[...] por um lado, a ira divina se aplaca mediante a humilhação e a reparação; por outro, o pecador passa do estado de impuro ao de puro. No primeiro se deve reconhecer claramente a ideia de expiação, própria do teísmo e, no segundo, um elemento oriundo da mentalidade primitiva, assimilada mais tarde⁶⁰.

A forma de expiação dos pecados se caracteriza como forma de oblação e relação pessoal com Deus. Os sacrifícios eram acompanhados pela confissão dos pecados e pela oração. No entanto, é preciso entender que a reconciliação é um dom da majestade soberana de Deus. A reparação de um delito cometido por descumprimento de algum contrato ou de alguma falta para com Deus, poderia ser feita de forma direta, indenizando o cidadão injuriado, ou no santuário, na hora de oferecer um sacrifício. Porém havia certos delitos que não podiam ser expiados com sacrifícios⁶¹.

Entre as expiações de purificação do pecado, destaca-se o Grande Dia da Expição (*Yom Kippur*). Este ritual era presidido por um sacerdote. Ele iniciava a cerimônia aspergindo o santuário e confessando as faltas do povo, com o sangue de um cabrito sacrificado. Depois, com suas mãos, coloca as faltas do povo na cabeça de outro cabrito macho, que é levado para o deserto. Ao término abençoa o povo em nome de Deus. A benção era considerada uma espécie de absolvição das faltas cometidas, mas exigia a conversão do coração. Temas como Confissão, Arrependimento e Reconciliação, são encontrados em várias passagens do Antigo Testamento: 2 *Sm* 12, 13; *SI* 51: Do rei Davi após o adultério com a mulher de Urias e seu homicídio; *Nm* 9: A longa formula levítica de confissão do povo; *SI* 6; 32; 38; 51; 102; 130; 143: Salmos Penitenciais; *Pv* 28, 13; *Eclo* 4, 26; 21, 1: Os livros sapienciais exortam o filho sensato ao arrependimento e a busca da reconciliação; *Is* 49, 6-8; 52, 7; *Jr* 23, 6; *Zc* 9,9; *Ez* 36, 9: os profetas, em nome de Deus, chamam o povo a reconciliação com Deus e à conversão⁶².

A conversão bíblica, para Flórez, é sempre uma iniciativa da infinita bondade de Deus e um caminho de retorno, um caminho de volta para Deus, que se realiza na mudança de direção da própria vida. Antes de tudo, trata-se da conversão do coração. A conversão é um

⁵⁹ Cf. EICHRODT, Walther, 2004, p. 119.

⁶⁰ EICHRODT, Walther, 2004, p. 135-136.

⁶¹ Cf. EICHRODT, Walther, 2004, p. 136.

⁶² Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 47-49.

chamado e uma advertência de Deus ao homem, para que ache o caminho da felicidade e da salvação na Aliança com Deus⁶³.

1.4 Conversão à fé em Jesus Cristo e a reconciliação cristã

A conversão é apresentada, no Texto Sagrado, como o chamado a crer em Deus, confiando em Suas promessas e seguindo Seus mandamentos. No tempo de Jesus havia dois eixos sobre a vinda do Messias, a saber, o da esperança messiânica: que se revelaria na esperança da assunção política de Israel contra os romanos, buscando restaurar o reino e; a esperança no enviado de Deus que iria restabelecer a paz e a justiça no mundo. No entanto, a figura de João Batista precede ao ministério público de Jesus, com o seu chamado à conversão e à penitência e conferindo um batismo de conversão. O próprio Jesus, se deixa ser batizado. É neste momento que João Batista em seu ministério profético aponta para Jesus Cristo e o apresenta como "o cordeiro/servo de Deus que tira o pecado do mundo" (*Jo* 1, 29)⁶⁴.

Jesus em seu ministério retoma o chamado a conversão, nos termos "Cumpriu-se os tempos e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho" (*Mc* 1, 15). O reino antes anunciado pelos profetas começa a se concretizar através das obras e palavras de Jesus. O conceito que predomina na pregação de Jesus é o reinado de Deus, que se manifesta imediatamente no agora e é um conceito escatológico. No entanto, o reino de Deus é um evento que se realiza através da conversão enquanto resposta do homem ao chamado de Deus que é por sua vez, a exigência para participar desse reino⁶⁵.

A primeira mensagem de Jesus, é de revelar quem é Deus, apresentando como Pai misericordioso que ama o ser humano. A fé na paternidade de Deus, aliada as obras e pregação de Jesus dão ao ser humano as bases para ter uma confiança filial em Deus. Jesus busca se distanciar do juízo condenatório centrado na observância da letra da Lei e assume uma atitude misericordiosa para com os pecadores que demonstram arrependimento e amor⁶⁶.

A parábola do filho pródigo, (*Lc* 15,11-32) nos revela a história do imenso amor do Pai, que ao ver o filho retornar depois de ter se fascinado pela tentação de separar dele para viver de modo independente e egoísta, encontra-se desiludido, sozinho e explorado quando tenta construir um mundo só seu. O Pai ao ver o filho voltar o acolhe com seu amor

⁶³ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 53-54.

⁶⁴ FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 55-56.

⁶⁵ Cf. BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Trad.: Iلسon Kayser. São Paulo: Editora Teológica, 2004, p. 41.

⁶⁶ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 57-58.

misericordioso⁶⁷. A parábola indica que o perdão e a reconciliação são para todos. Ela nos apresenta a reconciliação como uma iniciativa de Deus e um dom d'Ele. A fé, por sua vez, é nossa resposta a essa iniciativa de reconciliação e de perdão que se concretiza no ministério de Cristo reconciliador e redentor que nos liberta do pecado⁶⁸.

É importante salientar que o perdão dos pecados é sinal da presença de Jesus e de Sua ação salvadora. Aparece no decorrer do ministério salvífico de Cristo, como sinal essencial da misericórdia divina, realizando as promessas da salvação. Isto é refletido no domínio de Jesus sobre o pecado e as forças do mal, perdoando os pecados, expulsando os demônios e curando os doentes. Tais atitudes apontam para a identidade de Jesus, O Filho de Deus: "Quem é este, que até perdoa pecados?" (*Lc 5, 21*). Podemos ver em Mateus, que o poder que Deus oferece aos seres humanos, deixa entrever, que esse poder de Deus exercido pelo Filho, continua sendo realizado em Seu nome na Igreja (*Cf. Mt 9, 5-8*)⁶⁹.

Através do encontro com Cristo o homem se reconhece e se assume pecador. É pela presença de Jesus que o homem compreende que sua falta humana é em realidade, um pecado e uma ofensa a Deus. A única coisa que Jesus pede ao penitente é a conversão do coração, na fé e no amor⁷⁰. O perdão dos pecados é parte da missão redentora de Jesus, pois a salvação da humanidade está intimamente ligada a pessoa de Jesus Cristo (*Cf. Jo 3, 17*). Nele está a salvação do mundo. O perdão dos pecados, no ministério da Igreja, chega pela acolhida da fé em Jesus Cristo, realizada pela pregação querigmática dos apóstolos e discípulos e pela recepção do Batismo (*Cf. At 9, 18; 22, 16*)⁷¹. Assim, só existe fé cristã, pois existe um querigma que proclama o ato salvífico de Deus que é Jesus Cristo, o crucificado e ressurreto⁷².

No livro dos Atos dos Apóstolos (*At 2,38*) diz que pelo batismo, mediante a fé em Jesus Cristo, o homem recebe o perdão dos pecados⁷³. A teologia paulina afirma que, através do Batismo, o cristão morre para o pecado e nasce para uma vida nova "para Deus em Jesus Cristo" (*Rm 3, 6-11*). Ressalta São Paulo que a íntima relação entre a páscoa de Cristo e a Eucaristia (*Cf. 1 Cor 11*) é o sinal e a realização da comunhão dos discípulos com Jesus

⁶⁷ Cf. Papa João Paulo II. Exortação Apostólica: *Reconciliatio et Paenitentia*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1985, n. 6.

⁶⁸ Cf. RP, n. 7.

⁶⁹ FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 60-61.

⁷⁰ Cf. ROUILLARD, Philippe. *História da penitência*: das origens aos nossos dias. Trad.: Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1999, p. 13.

⁷¹ FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 63.

⁷² Cf. BULTMANN, Rudolf, 2004, p. 40.

⁷³ Cf. MIRANDA, Mário de França. *Sacramento da Penitência*: o perdão de Deus na comunidade eclesial. São Paulo: Ed. Loyola, 1978, p.14.

Cristo e entre si. O Apóstolo chega a introduzir, em sua teologia, um conceito que não se encontrava nos evangelhos: o de Reconciliação. Ele afirma que a reconciliação é uma iniciativa de Deus Pai, que no seu Filho Jesus Cristo nos reconciliou consigo, e também de forma cósmica reconciliou consigo o mundo⁷⁴. Na ótica joanina, a comunhão com o corpo e o sangue de Cristo, é fruto de uma purificação que porta em si a destruição de todo o pecado; assim a união dos cristãos com Cristo e com a Igreja pelo seu corpo eucarístico, é expressão da Santidade eclesial⁷⁵.

Na Igreja primitiva havia a compreensão que a Igreja é santa, pois seus membros são todos santos, por serem templos de Deus (*1 Cor 3,16s; Ef 2,21*). A Igreja é santa porque Deus está presente nela e a habita. Se um cristão pecar de forma grave, ele não apenas ofenderá a Deus, mas o seu pecado atinge toda a comunidade Igreja, pois fere a santidade eclesial. O pecado não é visto de forma isolada, mas é vista no viés de um membro da comunidade onde Deus está presente e age pelo Espírito Santo⁷⁶. O pecado de um afeta o nível comunitário, pois fere a santidade da Igreja.

Havia duas reações da Igreja primitiva em relação ao pecado: primeiramente a comunidade sentia uma forte obrigação de garantir sua impecabilidade, não apenas de seus chefes, mas de todos os membros buscando afastar-se de qualquer tipo de ocasião de pecado, seja aconselhando, seja rezando uns pelos outros ou exortando a comunidade na fé. A segunda reação era a obrigação que a comunidade sentia de retirar, de seu interior, o pecador não arrependido, por ter uma forte compreensão da santidade da Igreja. Isso era feito, para não haver contaminação entre os membros, buscando sempre a correção do pecador, fazendo-o perceber que estava em estado de pecado⁷⁷.

Todavia, o Cristão em sua essência se caracteriza por ser um indivíduo liberto das forças do pecado, pois foi o próprio Cristo que nos libertou (*Gl 5,1*). A liberdade que Cristo nos deu resulta da libertação da escravidão do pecado, oferecida à humanidade por meio do batismo. O homem não pode alcançar e nem realizar a plena liberdade por si mesmo. A liberdade se dá no amor pelo compromisso com Cristo e com os irmãos⁷⁸. A liberdade é uma dádiva concedida por Deus em Jesus Cristo e se realiza mediante o amor e a caridade⁷⁹.

⁷⁴ Cf. ROUILLARD, 1999, p. 18.

⁷⁵ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 64-65

⁷⁶ Cf. MIRANDA, 1978, p. 14.

⁷⁷ Cf. MIRANDA, 1978, p. 15.

⁷⁸ Cf. SCHNELLE, Udo. **Teologia do Novo Testamento**. Trad.: Monika Ottermann. Santo André-SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2010, p. 397-398.

⁷⁹ Cf. SCHNELLE, 2010, p. 401.

2 O SENTIDO DO PECADO

Uma boa consciência é o palácio de Cristo, templo do Espírito Santo, paraíso do deleite, descanso permanente dos santos. Santo Agostinho.

Em meados do século XX, o Papa Pio XII, afirmou que “o pecado do século é a perda de sentido de pecado”⁸⁰. Ainda hoje, esta afirmação de Pio XII não deixa de ser atual. A sociedade em que vivemos parece ter perdido ou deturpado o verdadeiro sentido do pecado. Neste capítulo buscaremos a partir dos documentos da Igreja entre outros, refletir sobre cinco pontos importantes nessa compreensão do sentido do pecado, a saber: o conceito de pecado; o sujeito moral dotado de liberdade; a consciência moral e lei de Deus; a moralidade dos atos humanos e, por fim, a perda e o sentido do pecado.

2.1 O conceito de pecado

A Igreja há anos vem pesquisando a respeito do tema do pecado e suas consequências para a humanidade. Diversos pontífices, padres e doutores da Igreja, abordaram esse assunto em suas catequeses e documentos, buscando definir o pecado de uma forma clara e sem erros a partir da Revelação.

Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e o formou em sua amizade. O homem como criatura espiritual só pode viver tal amizade a partir da submissão total a Deus. Sem esta submissão se quebra o vínculo de relação homem e Criador. Assim, como já mencionado no primeiro capítulo, a proibição que Deus faz ao homem, de comer do fruto da “árvore do conhecimento do bem e do mal” (*Gn 2,17*), revela simbolicamente o limite intransponível que o homem como criatura, deve respeitar de forma livre e consciente os mandatos do seu Criador.

O homem como criatura e dotado de livre-arbítrio, depende de seu Criador e está submetido às leis da criação como normas morais que regem o uso de sua liberdade. O primeiro pecado como foi visto, é a desobediência ao mandato de Deus de não comer do fruto da árvore proibida. Por incitação da serpente, o homem rebelou-se contra Deus, sucumbindo à tentação de serem igual a Ele, preferindo a desobediência (*Gn 3, 1-13*).

⁸⁰ PIO XII. Radiomensagem ao Congresso Catequético Nacional dos EUA em Boston (26/10/ 1946). In: PIO XII. *Discorsi e Radiomessaggi*. VIII. Roma: SAS, 1947, p. 394. Também disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/en/speeches/1946/documents/hf_p-xii_spe_19461026_congresso-catechistico-naz.html

Deixando-se levar pela tentação da serpente, o homem deixa morrer seu coração e a sua confiança em Deus seu criador, abusando do livre-arbítrio, desobedeceu ao mandato de Deus. Nisso consiste o primeiro pecado do ser humano: a desobediência. A partir do pecado original, se entende que todo pecado é um ato de desobediência a Deus e uma falta de confiança em sua suprema bondade⁸¹. O Catecismo da Igreja Católica afirma que os pecados são uma falta, uma desobediência do homem aos mandamentos de Deus.

O homem é chamado à construção de si através da procura e da realização dos valores propostos pela Palavra e pelo Amor de Deus. E como, a lei é uma expressão da palavra de Deus para o homem cumprir, é evidente que o pecado corresponde a transgressão da lei de Deus. A lei indica o caminho para realizar os valores morais que as pessoas precisam atingir. O homem necessita de duas coisas: de um lado deve buscar realizar-se na procura de valores morais absolutos que a consciência propõe, de outro, precisa de algo que oriente suas ações, ou seja, necessita das leis. Assim, o pecado é a recusa dos valores morais, a recusa de Deus, do próximo e de si mesmo⁸².

O Catecismo afirma que o pecado além de ser um ato de desobediência a Deus é uma falta contra a razão, contra a verdade e a reta consciência. É um ato contra o amor verdadeiro para com o Criador e para com o próximo. O pecado é um apego radical do homem a certos bens inferiores chegando a rejeição a Deus. O pecado é definido como “uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna”⁸³. Santo Agostinho falando sobre o pecado diz que ele é fruto do “amor de si mesmo até o desprezo de Deus”⁸⁴. Pode-se dizer que o pecado é radicalmente um ato egoísta de amor próprio e uma negação de Deus.

O pecado é uma negação do homem de admitir a Deus como seu criador e fonte essencial de sua vida⁸⁵. O pecado é o mal moral, porque é a rejeição do bem moral, ou seja, a rejeição do Sumo Bem (Deus) e traz em si uma ruptura relacional, entre criatura e Criador que impede a salvação do homem.

A compreensão conceitual de pecado foi-se alargando ao longo da história do cristianismo. Considerando o pecado a partir da responsabilidade e da liberdade do homem, constituindo a vontade e liberdade humana como condição essencial do pecado. Portanto, o pecado na concepção do Catecismo “é um abuso da liberdade que Deus dá às pessoas”⁸⁶.

⁸¹ Cf. CEC, n. 397.

⁸² Cf. RAMOS, Regidor José, 1989. p. 106.

⁸³ CEC, n. 1849.

⁸⁴ AGOSTINHO, Santo, 2003, p. 169.

⁸⁵ Cf. TAMAYO, Juan José. **Novo Dicionário de Teologia**. Trad.: Celso Márcio Teixeira; Antonio Efro Feltrin, Mário Gonçalves. São Paulo: Paulus, 2009, p. 433/434.

⁸⁶ CEC, n.387.

A fé católica a anos afirma que não existe um mal tão grave quanto o pecado, e não há nada que tenha consequências mais terríveis àqueles que cometem pecados, tanto para a Igreja, quanto para o mundo todo. Não existe neste mundo nada pior que o mal do pecado e ele é uma realidade presente na história da humanidade e, portanto, é inútil ignorá-lo ou tentar dar outros nomes a essa realidade⁸⁷.

Para que um ato seja considerado pecado tem que se ter em conta alguns aspectos: a liberdade, a vontade e a consciência. Para que uma ação seja considerada pecaminosa pressupõe-se a responsabilidade, pois só existe pecado se há um sujeito que age livre e conscientemente⁸⁸. São João Paulo II afirma que “O pecado, no sentido próprio e verdadeiro, é sempre um ato da pessoa, porque é um ato de um homem, individualmente considerado, e não propriamente de um grupo ou de uma comunidade”⁸⁹. Assim, o pecado é uma ação humana individual, é um ato consciente e livre do sujeito que age de tal modo que o seu existir lhe pertença real e responsabilmente⁹⁰. O pecado parte sempre de um sujeito moral, que por livre deliberação comete tal ato contra Deus.

2.2 O sujeito moral como ser dotado de liberdade

Não se pode falar de um sujeito moral sem que ele seja dotado de liberdade, pois a moral⁹¹ se refere a atos, ações que partem de decisões conscientes e livres de um sujeito. Segundo o Catecismo da Igreja Católica, pela liberdade o homem é constituído sujeito moral, pois age de forma deliberada. Isto quer dizer, que ele é responsável de todos os seus atos. O sujeito moral, através do juízo da consciência, realiza os atos humanos. Estes atos podem ser qualificados moralmente em bons ou maus⁹². A partir daí, podemos entender que o pecado é sempre individual, pois quem o pratica é o sujeito moral, através de seus atos livres e deliberados. No âmago da decisão moral, há o homem que é o sujeito. Ele é este ser unidual⁹³, ou seja, ele é uma totalidade na unidade, constituído de princípios: espiritual (alma) e carnal (corpo), individual e social⁹⁴.

⁸⁷ Cf. CEC, n. 1488-386.

⁸⁸ Cf. COMPAGNONI, Francisco; Giannino Piana; Salvatore Privitera. **Dicionário de Teologia Moral**. Trad.: Lourenço Costa, Isabel F. L. Ferreira, Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997, p.932.

⁸⁹ RP, n. 16.

⁹⁰ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 92.

⁹¹ Segundo São João Paulo II, fazendo uma reflexão sobre a moral da teologia, nos diz o seguinte: “A teologia moral é uma reflexão que se refere à “moralidade”, ou seja, o bem ou mal dos atos humanos e da pessoa que os realiza” (JOÃO PAULO II. Carta encíclica, *Veritatis Splendor*. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 2011, n. 29).

⁹² Cf. CEC, n. 1747.

⁹³ Para Bento XVI, o homem é um ser unidual, isto é, composto por dois elementos que se compenetraram, formando uma unidade, assim ele afirma: “a fé cristã sempre considerou o homem como um ser unidual, em que

O sujeito é criado imagem de Deus, para a comunhão com a Santíssima Trindade. A pessoa humana é constituída de modo a aderir livremente a esta comunhão. Assim, a liberdade que é dom de Deus concedido ao homem, permite que ele escolha a comunhão com Deus Trino que lhe oferece o bem supremo. Todavia, o ser humano dotado de liberdade, pode fracassar ao usá-la de forma incorreta, apegando-se a bens inferiores e passageiros, ou pode usá-la para o fim para a qual foi criada, para optar pelo Bem último e eterno. O pecado é o fracasso da liberdade humana, ao dar as costas a Deus e seu convite à comunhão, para desfrutar de bens passageiros⁹⁵.

Contudo, o sujeito moral criado imagem e semelhança de seu Criador, implica necessariamente a participação não apenas da liberdade do Criador, mas também do Seu conhecimento esplendoroso. Assim, o homem que é o sujeito moral por excelência de suas ações, só pode participar dessa liberdade na medida em que for iluminado pelo conhecimento divino. Esta semelhança de Deus no homem se dá em cada ato de conhecimento, e em cada percepção da verdade, entretanto, não pode haver verdade fora da Verdade eterna⁹⁶.

A pessoa humana é constituída sujeito moral a partir da liberdade concreta, isto é, da capacidade que o homem tem para orientar a sua própria existência⁹⁷. Mas é preciso saber o que é a liberdade humana e qual a sua essência.

A liberdade é a capacidade que o homem possui, baseado na razão e na vontade, de autodeterminar-se e mover-se em direção ao bem. A liberdade está no interior do homem e se expressa através de atos exteriores. A liberdade vinculada com a verdade e o bem são forças que amadurecem e constrói o homem e seu mundo. A liberdade tem um vínculo inseparável com a verdade e o bem, pois o homem só possui verdadeiramente a liberdade na medida em que ele se autodetermina pelo bem e a verdade⁹⁸.

São João Paulo II diz que ela não é apenas uma escolha de alguma ação, mas uma decisão sobre si mesmo, uma determinação sobre a própria vida. Ele destaca que as escolhas

espírito e matéria se compenetraram mutuamente” (BENTO XVI, Carta encíclica, *Deus caritas est*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006, n.5).

⁹⁴ Cf. HÄRING, Bernhard. *A lei de Cristo*: teologia moral. Vol. 1. Trad.: Raimundo Moura. 4. ed. São Paulo: Editora Herder, 1960, p. 145.

⁹⁵ Cf. COMISSÃO TEOLÓGICO INTERNACIONAL. **Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à Imagem de Deus**. 2004, n. 44. Acessado em: 15/08/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_commun-stewardship_po.html#1 Corpo e alma

⁹⁶ Cf. HÄRING, Bernhard, 1960, p. 178.

⁹⁷ Cf. COMPAGNONI, Francisco; Giannino Piana; Salvatore Privitera. **Dicionário de teologia moral**. 1997, p. 710.

⁹⁸ Cf. CEC, n.1731/1732.

deliberadas do cristão devem estar de acordo com sua opção fundamental de vida⁹⁹. Tal escolha deve orientar todas as suas ações cotidianas. O Papa aponta ainda que a infidelidade do cristão, o não cumprimento dos mandamentos de Deus, o conduz a perda da graça da justificação¹⁰⁰.

Para Häring, a essência da liberdade não se refere apenas a realização de atos isolados, mas através do estímulo de valores. Em relação ao bem, a liberdade humana não demonstra uma necessidade, mas sim uma obrigação. Só existe liberdade verdadeira se no mais íntimo de si, a pessoa tomar uma decisão em direção ao bem como resposta a uma solicitação do mal, ou seja, é uma escolha que parte da razão e da vontade em agir perante o bem ou o mal, como uma tendência natural¹⁰¹.

“[...] em si mesma a liberdade é somente a faculdade de fazer voluntariamente o bem. A possibilidade de fazer o mal não pertence à sua essência. Ao contrário, só há liberdade onde há força de vencer o mal. A indiferença em face ao bem e do mal não é, pois, uma qualidade da liberdade como tal, mas somente da liberdade limitada do homem”¹⁰².

A liberdade tem a sua essência na escolha deliberada do bem. Já quando o homem pela sua liberdade delibera para o mal acontece uma deturpação dessa essência própria da liberdade. Ao aderir ao mal o sujeito moral, continua sendo livre, mas demonstra a limitação humana após o pecado original. Afirma São João Paulo II sobre o pecado e a liberdade:

Este, sem dúvida, é obra da liberdade do homem; mas por dentro da realidade desta experiência humana agem fatores, pelos quais ela se situa para além do humano, na zona limite onde a consciência, a vontade e a sensibilidade do homem estão em

⁹⁹ A opção fundamental da pessoa é que determina o sentido da ação do sujeito. É por cada ação livre e consciente que a pessoa humana se desenvolve e se constrói, segundo a opção fundamental que escolheu para sua vida (RAMOS, Regidor José, 1989. p. 92). O Papa São João Paulo II afirma que: “Não há dúvida que a doutrina moral cristã, em suas mesmas raízes bíblicas, reconhece a importância específica de uma opção fundamental que qualifica a vida moral e que compromete radicalmente a liberdade diante de Deus. Trata-se da *escolha da fé*, da *obediência a fé* (cf. *Rm 16,26*), pela qual <<o homem entrega-se total e livremente a Deus prestando “a Deus revelador o obséquio pleno da inteligência e da vontade”>>”. Assim, podemos afirmar que a opção fundamental cristã é o próprio segmento de Cristo, observando as leis de Deus. A opção fundamental é uma determinação da vida para um fim, é uma decisão da pessoa sobre si mesma, a favor ou contra o Bem, ou a favor ou não da verdade. Tal decisão dá forma a vida moral da pessoa, configurando-se dentro da pessoa, encontrando espaço e incremento nas demais escolhas particulares do dia a dia. A opção fundamental é um tônus do agir moral, como uma disposição que conduz o homem a estar intencionalmente decidido ao Bem, a Deus e a verdade, como fim. Assim, a pessoa se autodetermina a uma direção específica e inclina seu agir moral para aquele fim. Portanto a opção fundamental é o núcleo da decisão e do agir do qual a pessoa moralmente se autodetermina para o bem ou para o mal moral. No mais, a opção fundamental se concretiza e atua nas escolhas concretas. A opção fundamental forma toda a vida moral do homem, porque na medida em que ele decide pela verdade, por Deus, e pelo bem orienta toda a sua existência para aquela determinada direção. Assim as suas atitudes concretas serão guiadas pela a sua opção fundamental (VS. n. 65, 66-67, grifos do autor).

¹⁰⁰ Cf. VS, n. 65.

¹⁰¹ Cf. HÄRING, Bernhard, 1960, p. 149.

¹⁰² HÄRING, Bernhard, 1960, p. 149 (grifos do autor).

contato com forças obscuras que segundo São Paulo, agem no mundo até ao ponto de quase senhorearem¹⁰³.

Podemos perceber a partir da citação, que o pecado em si é obra da liberdade humana, ou seja, parte de uma escolha deliberada. Mesmo que haja forças obscuras no mundo, todo ato humano inclusive para o pecado, parte, de uma escolha livre, consciente da vontade.

2.3 A consciência moral e lei de Deus

O Concílio Vaticano II diz que “o núcleo mais secreto e o sacrário do homem” é a sua consciência¹⁰⁴. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* afirma que dentro da consciência o homem descobre uma lei que não se impõe, mas que ele deve obedecer. É a lei da consciência que está dentro do coração do ser humano que foi inscrita por Deus e que o chama a evitar o mal e fazer o bem¹⁰⁵.

São João Paulo II, fala que existe uma relação entre a liberdade humana e a lei de Deus, que tem sua sede dentro do coração do homem, na sua consciência moral. Pelo uso da razão, iluminada pela Revelação divina, ela leva o homem a reconhecer e amar o bem e a fugir do mal. O Papa ainda afirma que a dignidade da consciência está em fazer o que ela orienta. É no mais profundo do homem, na sua consciência que Deus fala e o possibilita a discernir entre o que é certo ou errado. A lei e a liberdade estão ligadas com a interpretação da consciência moral. A lei natural¹⁰⁶ e a Verdade divina impõem ao homem suas exigências morais e a consciência coloca em prática tais exigências. É na aplicação das escolhas da consciência que acontece esse vínculo entre verdade e a liberdade¹⁰⁷.

Na consciência moral do ser humano há uma lei inscrita por Deus que o permite reconhecer e amar o bem e fugir do mal. Esta lei não fere, não diminui e não limita a

¹⁰³ RP, p. 33.

¹⁰⁴ DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Past. Sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo, *Gaudium et Spes***, 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997, n. 16.

¹⁰⁵ Cf. GS, n.16.

¹⁰⁶Ao observar a natureza e todas as coisas criadas, percebemos uma ordem na realidade, chamamos tal ordem de lei da natureza ou por analogia lei natural, lei esta inserida por Deus na criação. Podemos dizer que a lei natural no homem é a própria inteligência humana, pois ela nos faz conhecer a ordem que Deus fez em todas as coisas. Assim, a Lei natural é a participação do homem na sabedoria divina. É lei natural, porque faz referência à própria razão, pois o homem conhece essa lei, somos os únicos seres conscientes dessa lei; através dessa consciência da lei, podemos cooperar e intervir no nosso próprio desenvolvimento em vista do nosso fim que é Deus. O CEC, n. 1954, sobre a lei natural, nos diz: “O homem participa da sabedoria e da bondade do Criador, que lhe confere o domínio de seus atos e a capacidade de se governar em vista da verdade e do bem. A lei natural exprime o sentido moral original, que permite o homem discernir, pela razão, o que é o bem e o mal, a verdade e a mentira”.

¹⁰⁷ Cf. VS, n. 44,55,59.

liberdade humana, mas a reafirma e promove¹⁰⁸. A consciência moral dá pleno sentido a nossa liberdade. É preciso entender que essa lei natural inscrita em nós pelo Criador é uma lei universal e sua autoridade estende-se a todo ser humano. É pela lei natural que o homem exprime a sua dignidade de pessoa e ela determina seus direitos e deveres primordiais¹⁰⁹.

Já as leis humanas é uma determinação da razão ao bem comum, pois é uma formulação aceitável, imposta pela própria razão, para salvaguardar o bem, e que necessita de uma autoridade para ser promulgada. As leis servem e são: uma formulação escrita ou expressada oralmente, através da qual o homem transmite um valor comprovado e provado para ser colocada em prática; à lei tem como referencial sempre um bem¹¹⁰.

A lei como formulação humana só remotamente pode indicar o bem moral. Nenhuma lei pode prever todas as variações de ações humanas, pois o modo de agir e o bem que a lei indica são distintos. A lei é um referencial do bem, mas não é capaz de nos mostrar como se deve agir para praticá-lo, e, portanto, não é suficiente na determinação do bem moral. Já a lei moral tem sua fonte em Deus, pois provém d'Ele. Por meio da razão natural, que participa da sabedoria divina, ela é a própria lei do homem. A lei natural é a luz da inteligência infundida em nós pelo Criador. Através dessa lei natural sabemos o que fazer ou evitar. O homem só tem autonomia moral através do acolhimento dessa lei¹¹¹.

Sobre a consciência, santo Afonso Maria de Ligório diz:

*É o juízo ou ditame prático da razão pelo qual julgamos o que se deve fazer aqui e agora como um bem ou evitar como um mal. Diz-se porém que a consciência é o ditame prático para diferenciá-la da sindérese, que é o conhecimento especulativo dos princípios universais do bem viver, ou seja: Deve-se cultivar a Deus. Não faças a outrem o que não queres para ti, etc*¹¹².

E o Catecismo define a consciência moral de seguinte modo:

A consciência moral é um julgamento da razão pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto que vai planejar, que está a ponto de executar ou que já praticou. Em tudo o que diz e faz, o homem é obrigado a seguir fielmente o que sabe ser justo e correto. É pelo julgamento da sua consciência que o homem percebe e reconhece as prescrições da lei divina¹¹³.

¹⁰⁸ Cf. VS, n. 35.

¹⁰⁹ Cf. CEC, n. 1956.

¹¹⁰ Cf. CEC, n.1951.

¹¹¹ VS, n. 40,41.

¹¹² LIGÓRIO, Afonso Maria. **Teologia Moral**: Tomo I, Da Regra dos Atos Humanos. 2ª ed. Trad.: William Bottazzini Rezende; Tiago Gadotti. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2017, p.57 (grifos do autor).

¹¹³ CEC, n. 1778.

A consciência moral é o ato da razão de discernir entre duas realidades: bem e o mal moral. É o poder de escolha que parte da liberdade que Deus concede ao homem, em vista de realizar uma ação humana concreta. Por conseguinte, a consciência moral é o lugar existencial da pessoa, faz parte da sua experiência íntima na sua unidade, ou seja, pertence a interioridade da pessoa como ser racional.

Seguindo a reflexão sobre a consciência moral trazida pelo catecismo, o papa Bento XVI fala que a consciência moral, para poder orientar de forma reta os atos humanos, deve em primeiríssimo lugar ser alicerçada no fundamento sólido da verdade, ou seja, ela deve ser iluminada de tal forma que reconheça o verdadeiro valor das ações concretas e a consciência dos critérios avaliativos das mesmas ações, de forma que saiba distinguir sobre o bem e o mal realizado ou que se pretenda realizar¹¹⁴.

Podemos dizer que a consciência é a própria inteligência humana enquanto é a responsável de julgar a moralidade dos atos humanos. Na base desse juízo dos atos estão os princípios morais inatos a natureza do homem. Tais princípios morais são responsáveis de guiar o agir humano em vista do fim último pelo qual ele foi criado, ou seja, Deus¹¹⁵.

Assim, a consciência moral está ligada a pessoa na sua totalidade e unidade, a todas as suas dimensões. Contudo, está mais ligada a dimensão racional – inteligência prática e a vontade¹¹⁶. Esse apelo ao bem que ela faz – é o bem do qual a pessoa compreende e que deve ser promovido e atuado no aqui e no agora, por essa razão é tido como bem moral. Em todas as situações de nossas ações, devemos compreender o bem, pois é ele que coopera e constrói o próprio homem e o mundo que vive. O entendimento do bem moral acontece dentro da consciência moral da pessoa.

Sobre o bem moral, afirmada na lei da razão, é reconhecida pelo juízo da consciência, que leva a admitir a responsabilidade do bem realizado ou do mal cometido. Por outro lado, a consciência, como juiz de um ato, não está livre de erro. Ela deve sempre

¹¹⁴ Cf. BENTO XVI. **Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida**. Dicasterio para a comunicação – Libreria Editrice Vaticana. Roma-Vaticano, dia 24 de fevereiro de 2007. Acessado em: 05/09/2022. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20070224_academy-life.html

¹¹⁵ Cf. SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso. **Curso de Teologia Moral**. 3 ed. Trad.: José Coutinho de Brito. Portugal-Lisboa: Ed. Rei dos Livros, 1989, pp. 50-59

¹¹⁶ Sobre a concepção de vontade para Tomás de Aquino são três formas, segundo Martines: “1) a vontade se autodetermina para a realização de seu ato, isto é, ela própria se move; 2) a vontade, ao escolher determinado bem, é precedida por um ato do intelecto; 3) a felicidade como causa última de toda ação humana move a vontade de modo necessário”. (MATINES, Paulo. **O ato moral segundo Tomás de Aquino**. Artigo científico. Marília-São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, Publicado em 2019 no Site Scielo-Brasil. Acessado em: 23/08/2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/6c8G4JTJvp6JXqMqY7YPfPR/?lang=pt#>)

procurar a verdade e formular seus juízos a partir desta mesma verdade. É a verdade que garante a dignidade da consciência. Ela é reta quando a verdade objetiva é acolhida pelo homem, e é errônea quando o homem errando considera como subjetivamente verdadeiro. Quando o coração do homem está convertido ao Senhor e com um profundo amor ao bem, se torna a fonte de todos os juízos verdadeiros da consciência. Porém, para que os juízos da consciência sejam verdadeiros, é necessário ao homem o conhecimento da lei de Deus e a prática das virtudes¹¹⁷.

Assim, o ato da consciência é o juízo dos primeiros princípios da lei natural aplicados nas ações concretas do homem. Tais princípios da lei natural podem ser simplificados desse modo: fazer o bem e evitar o mal; não fazer aos outros o que não queremos que nos façam¹¹⁸.

Para Bernhard Häring, a consciência, a liberdade e o conhecimento dos valores constitui para o sujeito a principal fonte do bem moral. Para todos os povos há a certeza que o homem ouve em seu coração a voz de seu Criador e do Bem. Percebe-se, que não é uma vontade boa simplesmente, mas a experiência revela que mesmo quando a vontade humana repudia a razão e se dirige ao mal, esta voz que está no mais íntimo do homem não deixa de fazer-se ouvir, ou seja, não cessa de comunicar o bem. A consciência apresenta o nível moral da pessoa. Deus mesmo fala a nossa consciência. Mas fala de modo que não nos deixa isentos do empenho de formar um juízo correto. Na qualidade de voz ativa de Deus no homem, a consciência nos estimula a fazer atos segundo aquilo que conhecemos e nisto ela é infalível¹¹⁹. Sobre a função natural da consciência afirma Häring:

A função natural da consciência moral é fazer-nos participantes na lei eterna de Deus, servindo-se para tanto de nossa natureza racional como intérprete decifrador das lições contidas na natureza criada. O vínculo que nos une à lei moral é simultaneamente participação na lei eterna de Deus e função da consciência, na qual entra em jogo a nossa semelhança divina¹²⁰.

Utilizando nossa racionalidade, interpretamos, através dessa participação da lei eterna de Deus, as leis morais que regem a nossa vida moral para o Bem. A consciência é a força impulsionadora do homem para o agir moral e é ela que irá fazer com que a pessoa se alegre pelo bem realizado ou se sinta culpada pelo mal feito. É possível deduzir então que a consciência moral nos dá a responsabilidade por nossos atos morais.

¹¹⁷ Cf. VS, nn. 61,62,63.

¹¹⁸ Cf. SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso, 1989, p. 59.

¹¹⁹ Cf. HÄRING, Bernhard, 1960, p. 197,198-212.

¹²⁰ HÄRING, Bernhard, 1960, p. 211.

A respeito da responsabilidade que nos possibilita a consciência mediante os atos humanos, a doutrina social da Igreja fala que, a verdade em relação ao bem e ao mal é conhecida pelo juízo prático da consciência, do qual leva a pessoa a assumir a responsabilidade do ato realizado de bem ou de mal. É esse juízo prático da consciência que leva a pessoa humana a cumprir um ato determinado. Assim revela-se o vínculo entre liberdade e verdade¹²¹. No entanto, mesmo que a consciência ressoa a voz de Deus, o juízo da consciência é meramente humano e por isso não isento de erro, pois ele parte da realidade. Sobre a consciência verdadeira e a consciência errônea Sada e Monroy dizem:

Como é bem sabido, *a verdade é a adequação do entendimento à realidade das coisas*. Quando essa adequação falta, produz-se o erro. Por conseguinte, *a consciência verdadeira será aquela que julga em conformidade com os princípios objetivos da Moral, aplicados ao acto, e a consciência errônea será a que julga em desacordo com a verdade objectiva das coisas*¹²².

Então a consciência verdadeira ou reta é aquela que sempre vai conduzir o ato humano ao que é certo e verdadeiro, a partir da adequação correta da verdade e da razão em conformidade a Lei Moral¹²³. Já na consciência errônea ao contrário acontece quando se formula um juízo a acerca de uma má adequação da realidade entre a verdade e a razão, levando assim o homem ao erro.

O que proporciona o verdadeiro juízo entre o que é lícito e o que é ilícito é a consciência. Do ponto de vista da conformidade com a lei moral, temos a consciência reta ou verdadeira, pois está apoiada nos princípios morais verdadeiros e pode, portanto, afirmar o que é lícito ou ilícito. A consciência errônea, por outro lado, é a que sempre parte de princípios morais falsos tidos como verdadeiros, ou parte de verdadeiros, mas aplicados de modo falso. A consciência errônea, muitas vezes, ocorre por ignorância, por vários fatores psicológicos. Para Santo Afonso, a consciência pode ser dividida da seguinte forma:

Ora, a consciência divide-se em reta, errônea, perplexa, escrupulosa, dúbia e provável. *Reta* é a que dita a verdade. Peca, portanto, o que age contra ela [...]. A consciência *errônea*, por sua vez, é aquela que dita o falso como se fosse verdadeiro. Mas há a vencível e a invencível. – *Vencível* é aquela que, embora deva e possa ser vencida pelo agente, seja porque percebe o erro, seja porque ao menos duvida do erro e atenta para a obrigação de vencê-lo, é todavia negligente em vencê-lo [...] que não é necessário que a diligência usada para vencer o mal seja máxima, senão que

¹²¹ Cf. CDSI, n. 139.

¹²² SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso, 1989, p.62-63 (grifos do autor).

¹²³ A lei moral para Sada e Monroy é: “o conjunto de preceitos que Deus promulgou a fim de que, cumprindo-os, a criatura racional alcance o seu fim último sobrenatural. [...] o objeto próprio da lei moral é mostrar ao homem o caminho para atingir o seu *fim último sobrenatural eterno*” (SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso, 1989, p. 46 [grifos do autor]).

lhe basta ser comum e ordinário. – *Invincível*, porém, é aquela que não pode ser moralmente vencida, uma vez que nenhum, pensamento, nenhuma dúvida quanto ao erro venha à mente do agente, nem sequer de maneira confusa, seja enquanto age, seja enquanto abandona a causa da ação [...]. Consciência *perplexa* é aquela pela qual o sujeito, colocado entre dois preceitos, acredita que peca independentemente da parte que escolha. [...] Consciência *escrupulosa* é aquela que, por motivos insignificantes, sem fundamento racional (ora, o escrúpulo é uma apreensão vã), com freqüência receia o pecado onde ele não existe. [...] A consciência *dúbia* é aquela que suspende o consentimento em favor das duas partes de uma dúvida e permanece incerta e hesitante. [...] A consciência *provável* é aquela com que uma pessoa, apoiada em alguma opinião provável, forma para si um ditame prático da razão com base em certos princípios reflexos ou concomitantes para agir licitamente¹²⁴.

Conclui-se então que a consciência tem uma variedade de formas de julgamento que determinam a ação do sujeito. No entanto, ela deve estar sempre bem formada para que possa conduzir o sujeito nos caminhos da verdade, em vista ao fim último que é o próprio Deus. Sabe-se que a formação da consciência é progressiva e começa com a idade da razão. Ela é suscetível de melhoramento paulatino e proporcional ao progresso da vida racional da pessoa. Assim, a formação da consciência não é mais do que uma humilde abertura à verdade¹²⁵. Sada e Monroy falam de cinco meios que podem ajudar a formação da consciência:

- 1) estudo da Lei Moral, considerando-a, não como pesada carga, mas sim como *caminho que leva a Deus*;
- 2) hábito, cada vez mais firme, de *reflectir antes de agir*;
- 3) sério desejo de *procurar* Deus mediante a oração e os sacramentos, pedindo-Lhe os dons sobrenaturais que iluminam a inteligência e fortalecem a vontade;
- 4) *plena sinceridade* perante nós mesmos, perante Deus [...];
- 5) *pedido de ajuda e de conselho* a quem tem virtude, conhecimento e graça de Deus para impulsionar os outros¹²⁶.

Para Newman¹²⁷, a consciência não é algo egoísta ou um tipo de desejo de coerência de si mesmo, mas é como um mensageiro de Deus, que tanto na graça quanto na natureza nos

¹²⁴ LIGÓRIO, Afonso Maria, 2017, pp.57,58,61,59-85 (grifos do autor).

¹²⁵ Cf. SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso, 1989, p.66-67.

¹²⁶ SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso, 1989, p.67-68.

¹²⁷ Cardeal John Henry Newman, mais conhecido como o homem da consciência, pois, sua doutrina, sua forma de definir o homem, parte de seus pensamentos e estudos sobre a consciência. Cardeal Ratzinger diz que “Newman explicava a existência do homem a partir da consciência, isto é, na relação entre Deus e a alma, era também claro que este personalismo não representava cedência alguma ao individualismo, e que o vínculo à consciência não significava concessão alguma à arbitrariedade tratava-se antes precisamente do contrário. De Newman aprendemos a compreender a primazia do Papa: a liberdade de consciência assim ensinava Newman com a *Carta ao Duque de Norfolk* não se identifica de modo algum com o direito de “*dispensar-se da consciência, de ignorar o Legislador e o Juiz, e de ser independentes de deveres invisíveis*”. Deste modo a consciência, no seu significado autêntico, é o verdadeiro fundamento da autoridade do Papa. De facto, a sua força vem da Revelação, que completa a consciência natural iluminada de maneira apenas incompleta, e “*a sua razão de ser é o facto de ser o campeão da lei moral e da consciência*””. (RATZINGER, Joseph. **Discurso do Cardeal Joseph Ratzinger no centenário da morte do Cardeal John Henry Newman**, em 28 de abril de 1990. Acessado em: 24/08/2022. Disponível em:

fala como que atrás de um véu. Ela nos ensina, nos governa por meio de seus representantes. A consciência é como um vigário de Cristo. Assim, percebemos que a consciência existe, porque há uma lei de ordem moral estabelecida pelo próprio Deus, não porque existe uma regra superior à mera vontade humana ou acordos pragmáticos que os homens estabelecem e que, portanto, podem modificar à vontade, mas a consciência tem direitos porque ela tem deveres¹²⁸. Para Dom Estêvão Bettencourt, a consciência “é a faculdade pela qual conhecemos o modo como se relacionam nossos sentimentos e atos com a vontade de Deus ou com o Fim Supremo da vida humana”¹²⁹.

Papa Bento XVI, fala que uma consciência verdadeiramente autêntica, deve estar fundamentada na verdade. Ela é um ato da razão humana em vista da verdade acerca das coisas. Ele continua dizendo que é fundamental reeducar a nossa consciência para o conhecimento da verdade autêntica, para defender a própria liberdade das diversas opções colocadas em nossos dias, para desenvolver em nós ainda mais a paixão pela moralidade e pela clareza da nossa consciência¹³⁰.

O Papa Francisco também ressalta a importância de escutar a voz da nossa consciência, não significando seguir o próprio eu, como algo egoísta, ou fazer apenas o que nos interessa, ou o que convém e o que gosta. Mas a consciência é o lugar interior da verdade, do bem, aonde escutamos o próprio Deus; é o lugar por excelência de encontro com Ele, onde fala ao coração e ajuda no processo de discernimento do caminho que precisamos percorrer¹³¹. Já para Marín, “a consciência é o ditame ou juízo do entendimento prático sobre a moralidade do ato que vamos realizar ou já realizamos, segundo os princípios morais”¹³².

Portanto, a consciência moral está fundamentada na Lei moral e na incansável busca da verdade. Ela é o sacrário, o lugar por excelência de encontro com o próprio Deus e de ouvir Sua voz guiando-nos para os caminhos que precisamos percorrer para o nosso fim último que é Ele mesmo. É pelo juízo da consciência que optamos em fazer o bem para qual foi criada, ou fazer o mal. Uma consciência bem formada percorre o caminho do bem e evita

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900428_ratzinger-newman_po.html).

¹²⁸ NASARRE, Eugenio. **La Carta al Duque de Norfolk. El primado de la conciencia**. Tradução livre. Pesquisado em: 23/08/2022. Disponível em: <https://www.fpablovi.org/firma-actualidad/1050-la-carta-al-duque-de-norfolk-el-primado-de-la-conciencia>

¹²⁹ BETTENCOURT, Estêvão. **Curso de Teologia Moral**. Rio de Janeiro: Mater Ecclesiae, 1986, p. 27.

¹³⁰ Cf. BENTO XVI. **Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida**, 2007.

¹³¹ Cf. FRANCISCO. **Angelus**. Praça de São Pedro, Domingo, 30 de junho de 2013. Acessado em: 01/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2013/documents/papa-francesco_angelus_20130630.html

¹³² MARÍN, Antonio Royo. **A fé da Igreja: em que deve crer o cristão de hoje**. 2 ed. Campinas: Ecclesiae, 2018, p. 348.

o mal. É ela que nos alerta quanto a culpabilidade e a responsabilidade de nossos atos mediante a lei moral que está em nós.

2.4 A moralidade dos atos humanos

Para Santo Tomás de Aquino, a moralidade é sempre sobre atos humanos. O que nos faz humanos é que somos responsáveis por nossas ações, ou seja, somos conscientes de nossos atos deliberados. Afirma Santo Tomás, sobre os atos humanos:

Das ações realizadas pelo homem, são propriamente *humanas* as que pertencem ao homem enquanto homem. O homem se diferencia das criaturas irracionais porque tem o domínio de seus atos. Por isso, somente são ditas propriamente humanas aquelas ações sobre as quais o homem tem domínio. Ora, o homem tem domínio de suas ações pela razão e pela vontade. Donde será chamada de livre-arbítrio a *faculdade da vontade e da razão*. Assim sendo, são propriamente ditas humanas as ações que procede da vontade deliberada. Se outras ações, são próprias do homem, poderão ser chamadas de ações *do homem*, mas não são propriamente ações humanas, pois não são do homem enquanto homem¹³³.

O que nos diferencia das demais criaturas existentes são os nossos atos, pois os atos humanos partem da razão e da vontade deliberada. A moralidade de nossos atos depende exclusivamente da consciência.

Os atos humanos são ações deliberadas após um juízo da consciência e são moralmente qualificáveis: podem ser bons ou maus. O agir será moralmente bom se as escolhas deliberadas estão em conformidade com o bem verdadeiro do homem e expressamente ordenadas para o seu fim último, para o próprio Deus. É a liberdade que faz do homem o sujeito responsável por seus atos¹³⁴.

Todos os atos humanos deliberados, e somente eles são considerados atos morais porque são ação própria do ser humano dotado de liberdade que a realiza de forma deliberada. O que qualifica o ato humano moral é o fato de que tal ação realizada seja voluntária. O ato voluntário sempre procede de um princípio intrínseco e seguido pelo conhecimento formal do fim, ou seja, sempre procede da vontade, que por sua vez, é a faculdade operativa do agente. Tais atos, partem da vontade, pois nascem do interior do próprio homem. Os atos voluntários são acompanhados pelo conhecimento formal do fim, porque o sujeito racional conhece

¹³³ TOMÁS de Aquino. **Suma Teológica Iª IIªe**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 32. (*ST*, Iª IIªe, q. 1, a. 1. Grifos do autor).

¹³⁴ Cf. CEC, n. 1749.

aquilo em vista de que realiza a ação, e o conhece como objeto da sua ação deliberada. Dessa forma, o fim é o objeto próprio dos atos da vontade humana¹³⁵.

Para São João Paulo II a moralidade dos atos é determinada pela relação da liberdade humana com o bem legítimo. O ato é moralmente bom, quando as escolhas livres são conformes o verdadeiro bem do homem e manifesta a ordenação espontânea da pessoa para seu fim último, o próprio Deus. Promover atos bons, mandados por Deus, é a condição necessária para se alcançar a bem-aventurança eterna. O Papa também diz que para alcançar o caminho, que leva ao fim último do homem, é necessário respeitar as leis divinas que tutelam o bem humano. A moralidade se constitui através da ordenação racional do agir do homem em direção ao bem na sua verdade e a procura livre deste bem, conhecido pelo intelecto. A vida moral tem um caráter teológico, pois deriva da ordenação deliberada do agir humano para Deus, seu fim último. Deve ser uma ordenação racional e livre, consciente e deliberada, baseada na responsabilidade que o homem tem de seus atos e que está sujeito ao julgamento de Deus¹³⁶.

No entanto, a moralidade dos atos humanos depende de três fatores constitutivos: o objeto escolhido; a intenção e as circunstâncias da ação¹³⁷. O objeto moral da ação humana é o fim próximo a partir de uma escolha deliberada que define a ação de querer do sujeito que atua. Assim, a moralidade dos atos humanos (bons ou maus) depende exclusivamente da conformidade do objeto ou do ato querido com o bem da pessoa, segundo o reto julgamento de sua consciência. Os atos humanos são bons, se o objeto direciona a ação ao fim último do homem, que é Deus. No entanto, há atos que em si são maus por si mesmos, isto é, seu objeto é mau¹³⁸. Sobre o objeto das ações morais, Colom e Luño comentando Santo Tomás de Aquino dizem que:

Santo Tomás explica que o objeto das ações morais são formas concebidas e constituídas pela razão. Quer dizer que o objeto a que se refere a vontade não se identifica com a ação escolhida ou com o objeto realizado considerados simplesmente na sua facticidade física ou unicamente como atos de uma faculdade física [...], porque a ação moral é o ato de um agente racional que capta os seus aspectos inteligíveis, os quais, por sua vez, explicam por que a pessoa se dirige para um objeto de um modo e não de outro¹³⁹.

¹³⁵ Cf. COLOM, Enrique/LUÑO, Ángel Rodríguez. **Escolhidos em Cristo para ser santos**. I. Moral Fundamental. Trad.: Caio Penna Chaves e José Lino C. Nieto. 2 ed. São Paulo: Quadrante, 2016, p. 193,194-195.

¹³⁶ Cf. VS, n. 71,72-73.

¹³⁷ Cf. CEC, n. 1750.

¹³⁸ Cf. VS, n.78.

¹³⁹ COLOM, Enrique/LUÑO, Ángel Rodríguez, 2016, p. 198.

Assim sendo, a intenção do ato humano tem como primeiro termo, a finalidade da ação que elege o objeto buscado em uma ação deliberada. É pela intenção que o sujeito move a vontade em direção ao objetivo. Assim a intenção diz respeito ao fim desejado pelo ato humano. É pela intenção que se qualifica a ação moral do sujeito. No entanto, a intenção não está limitada a simples orientação de nossas ações singulares, mas podendo direcioná-las para um mesmo objetivo, pode orientar toda vida humana para o fim último de seus atos. É importante destacar que a finalidade dos atos não justifica os meios, mas ao contrário, quando se tem uma má intenção, mesmo que o ato em si seja bom, torna-se mal¹⁴⁰. Todavia, quando o ato que tem como objeto um ordenamento a Deus, tal ato atinge a sua perfeição última, quando a vontade o direciona precisamente a Deus¹⁴¹. Sobre a intenção dos atos, Ramos fala que é a ela que dá sentido a cada ação humana. De modo que em cada ação livre e consciente a pessoa pretende desenvolver-se e se dirigir para alguma direção, segundo esta ou aquela opção fundamental de vida¹⁴².

As circunstâncias do ato moral é o que contribui para a gravidade ou não da bondade ou maldade dos atos humanos. Do mesmo modo, as circunstâncias podem elevar o valor da responsabilidade do sujeito moral e, elas também não podem fazer boa ou justa uma má ação. Para avaliar um ato moralmente bom deve-se ter em mente a bondade do objeto, a finalidade e as circunstâncias do ato cometido ou que se pretende fazer¹⁴³.

2.5 A perda e o sentido do pecado

A busca de um sentido autêntico e verdadeiro do pecado nos tempos atuais nos apresenta como um desafio. Hoje há uma tendência de não nos sentirmos pecadores diante da realidade do pecado. No entanto, a consciência moral que está no mais íntimo do nosso coração, ressoando a voz de Deus, é o termômetro e indica o sentido do pecado em nós. O fato de não querer escutar a voz da consciência não impede que ela continue a ressoar dentro de nós. Para encontrar respostas atualizadas o estudo partirá do olhar dos três últimos pontífices: São João Paulo II, Bento XVI e Papa Francisco. Afirma São João Paulo II sobre o sentido de pecado:

¹⁴⁰ Cf. CEC, n. 1752-1753.

¹⁴¹ Cf. VS, n.78.

¹⁴² Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 92.

¹⁴³ Cf. CEC, n. 1754-1755.

Este sentido tem a sua raiz na consciência moral do homem e é como que o seu termômetro. Anda ligado ao *sentido de Deus*, uma vez que deriva da consciência da relação que o homem tem com o mesmo Deus, como seu Criador, Senhor e Pai. E assim como não se pode apagar completamente o sentido de Deus nem extinguir a consciência, também não se dissipa nunca inteiramente o sentido do pecado¹⁴⁴.

Para se ter uma percepção do pecado, há a necessidade de possuir o sentido de Deus como nosso criador e Pai, pois ambos estão ligados. Somente a relação entre Deus e homem, faz com que o pecado seja marcado em nossa alma como um ato de profundo desagrado a Deus e rompimento da relação, pois Deus é o fundamento da ordem moral. A consciência, no entanto, pode estar enfraquecida e, por não haver um empenho em educá-la em vista da opção fundamental cristã, a consciência vai se limitando e o sentido do pecado enfraquecendo.

É pela relação com Deus que se dá o fundamento da ordem moral. No entanto, há em nossos dias uma deturpação, um colapso, uma crise em relação a moralidade, visto que a sociedade atual é marcada pelo anseio de uma autonomia absoluta e de uma incansável tentativa de abandonar a Deus e fazer do homem o ser supremo e medida de todas as coisas. Sem dúvida, que a perda do sentido do pecado está associada à perda do sentido de Deus. Ora, é impossível ter uma consciência clara do pecado quem não tem nenhuma referência transcendental. Para recuperar o sentido do pecado é necessário recuperar o sentido de Deus e com isso retornar à relação criatura e Criador. É necessário começar afastando as noções erradas do pecado que se apresentam quando a consciência moral está enfraquecida¹⁴⁵.

Para são João Paulo II, há um declínio, uma deformação, um entorpecimento e uma obscuridade da consciência moral em muitos homens. Mesmo que a consciência seja a base da dignidade interior da pessoa humana e da sua relação com Deus. É evidente a crise moral que nos rodeia. É inevitável, que na atual situação em que vivemos de crise de referência moral fique atordoado, enfraquecido o sentido de pecado autêntico, do qual está interiormente ligado à consciência moral da pessoa. Simultaneamente com o enfraquecimento da consciência moral, obscurece o sentido de Deus. Tendo perdido este ponto fundamental de referência interior, desaparece o sentido do pecado¹⁴⁶.

Com isso, vai se perdendo também o sentido da vida, visto que não há mais bases sólidas para se apoiar. Sem uma consciência bem formada é impossível ao homem chegar a Deus. A nossa referência moral em primeira instância é o próprio Deus, suas leis e mandamentos. É pela relação homem e Criador que se dá a possibilidade de uma reta

¹⁴⁴ RP, n. 18.

¹⁴⁵ Cf. MORAES, Rafael Stanzione. **Por que confessar-se**. 6ª ed. São Paulo: Quadrante, 2016, p. 8.

¹⁴⁶ Cf. RP, n. 18.

consciência moral. O mesmo pontífice, afirma que, os cristãos têm um importantíssimo auxílio na formação da consciência, que são os ensinamentos da Igreja¹⁴⁷.

O sentido do pecado, está perdendo força no mundo atual. Os principais fatores que possibilitam esse enfraquecimento da consciência moral, sentido do pecado e o sentido de Deus, é o secularismo, o relativismo, a indiferença religiosa, o laicismo, o mundanismo, o ateísmo, o individualismo, o colapso da moralidade sexual, entre tantos outros. São fatores que fecham ou impedem as pessoas ter uma verdadeira relação com Deus e com o próximo.

Durante a história da humanidade surgiram tendências, mudanças e ideologias que enfraqueceram e destruíram a consciência moral das pessoas. Um dos pontos comentado recentemente pelo Papa emérito Bento XVI, foi o problema do evento peculiar na década de 60 que buscava o colapso nos padrões que regulavam a sexualidade humana. Ao passo que as normativas morais antes regentes fossem trocadas pela ausência de normas morais. Houve a valorização incompreendida da liberdade vinculada a libertinagem moral entorno da sexualidade. Dentre as liberdades que a Revolução de 1968 buscou a total liberdade sexual, tirando todas as normas que regia o campo da moralidade referente a este assunto. Esse colapso segundo Papa Bento, foi marcado pela vontade de violência¹⁴⁸.

Houve também o colapso da teologia moral católica. Antes do Concílio Vaticano II, a teologia moral católica era baseada na lei natural, e as Sagradas Escrituras eram apenas citadas como justificação. Com o Concílio, a teologia moral católica passou a ser exclusivamente baseada na Sagrada Escritura, abandonando a lei natural. Com isso, várias tentativas da nova teologia moral de cunho sistemático e pragmático partiu da bíblia em busca de uma resposta à crise da moralidade, não obtendo êxito, nem respostas. A consequência foi que nada poderia ser considerado um bem absoluto, e nada poderia ser considerado fundamentalmente ruim, só havendo juízos relativos de valor. O bom em seu sentido mais absoluto não poderia ser considerado, somente o que é relativamente melhor, ou contingente segundo circunstâncias específicas. Isso resultou em uma grande crise na teologia moral¹⁴⁹.

O Papa Bento no mesmo texto fala sobre a encíclica de seu antecessor São João Paulo II, *Veritatis Splendor*, que busca dar respostas concretas sobre a atual crise moral, a encíclica trata sobre uma moralidade que busca o equilíbrio de bens dando a esses sempre um limite. Sendo que alguns bens não estão sujeitos a concessões. Papa Bento afirma que a

¹⁴⁷ Cf. VS, n. 65.

¹⁴⁸ Cf. BENTO XVI. **O Diagnóstico de Bento XVI sobre a crise da Igreja e dos abusos sexuais do clero.** Publicado no dia 11 de abril de 2019. Acessado no dia: 19/09/2022. Disponível em português pelo site Acidigital do qual preferimos usar, por sua fidelidade com o texto original: <https://www.acidigital.com/noticias/o-diagnostico-de-bento-xvi-sobre-a-crise-da-igreja-e-dos-abusos-sexuais-do-clero-28270>

¹⁴⁹ Cf. BENTO XVI, 2019.

teologia moral das Sagradas Escrituras tem seu fundamento e concretude na imagem de Deus, nessa fé em um Deus que se manifestou em Jesus Cristo e viveu como um ser humano. Assim, os Dez mandamentos são uma aplicação para a humanidade da fé bíblica em Deus. Do mesmo modo, A imagem de Deus e a moralidade se pertencem mutuamente e é por isso que deriva na mudança particular da atitude cristã em relação ao mundo e à vida humana. A fé além de ser uma travessia é um modo de vida¹⁵⁰.

Essas tendências e mudanças que acabam por vezes, fazendo o homem perder o sentido do pecado. Nos fala São João Paulo II:

A perda do sentido do pecado, portanto, é uma forma ou um fruto da *negação de Deus*: não só da negação ateísta, mas também da negação secularista. Se o pecado é a interrupção da relação filial com Deus para levar a própria existência fora da obediência a ele devida, então pecar não é só negar a Deus; pecar é também viver como se ele não existisse, bani-lo do próprio cotidiano¹⁵¹.

Desse modo, São João Paulo II, não só define a causa da perda do sentido do pecado que é a negação absoluta de Deus, mas também destaca dois fatores importantíssimos que conduzem o homem mais concretamente a essa perda do sentido não apenas do pecado, mas da relação com o próprio Deus, que é o ateísmo e o secularismo.

Ele define o secularismo como um movimento de ideias e costumes, que defende um humanismo que apartar-se de Deus totalmente. É o homem que se apegando somente no empreender e no produzir e alucinado pelo consumo e pelo prazer, sem ter a menor preocupação de perder a própria alma, acaba minando o sentido do pecado. O secularismo não é mais que um ato do homem em construir um mundo sem uma referência transcendental, ou seja, sem Deus. O homem acaba se esquecendo de que Deus é a origem e o fim supremo de sua vida, e que é o próprio Deus a realidade que desvenda e ilumina o mistério do ser humano. Assim, é inútil, que tenha consistência um verdadeiro sentido do pecado, quando se perde no homem um verdadeiro sentido da ofensa realizada a Deus. É da compreensão da ofensa a Deus que se dá o verdadeiro sentido de pecado¹⁵².

Para Bento XVI, o processo de secularismo que teve seu florescer no século passado, com o interesse de manifestar uma autonomia absoluta do homem, descartando o Transcendente e fazendo do próprio homem a medida de todas as coisas e criador da própria realidade,

¹⁵⁰ Cf. BENTO XVI, 2019.

¹⁵¹ RP, n. 18.

¹⁵² Cf. RP, n.18.

deixou o homem empobrecido em sua condição de criatura que é imagem e semelhança de Deus¹⁵³. Com o mesmo olhar, Papa Francisco diz que:

O secularismo difuso, quando se torna rejeição positiva e cultural da paternidade ativa de Deus na nossa história, impede toda e qualquer fraternidade universal autêntica, que se manifesta no respeito mútuo pela vida de cada um. Sem o Deus de Jesus Cristo, toda a diferença fica reduzida a ameaça infernal, tornando impossível qualquer aceitação fraterna e unidade fecunda do gênero humano¹⁵⁴.

O secularismo presente em nossos dias vem trazendo uma grande preocupação aos pastores. Ele busca quebrar a relação entre o homem e Deus e também entre os próprios homens. O resultado é de um fechamento em si mesmo, uma valorização do consumismo e do prazer pelo prazer até uma rejeição total do transcendente. O secularismo é uma das principais causas da atual crise moral e perda do sentido do pecado.

Já o ateísmo, juntamente com o secularismo é essa busca constante do homem em se autodeterminar-se sem uma referência transcendental, buscando sua autonomia, descartando o transcendente. Papa Bento XVI, fala que a partir do iluminismo, a história foi marcada por sistemas ateus, que consideravam Deus como uma simples projeção, ilusão e produto de uma sociedade marcada por alienações. Ele afirma que em nosso tempo há uma corrente de grande punho destruidor, que é o ateísmo, definido como ateísmo prático, que não busca negar os dados da verdade da fé e muito menos os ritos religiosos, mas consideram que tudo que pertence ao campo religioso como algo irrelevante e inútil para a vida corriqueira. Desse modo, coloca a Deus como desnecessário e superficial¹⁵⁵.

Isso produz um resultado destrutivo, porque conduz a indiferença à fé e a Deus. Leva ao homem a reduzir-se em uma só dimensão, produzindo uma crise ainda mais forte de valores. Perdendo sua referência a Deus, o homem acaba obscurecendo também o seu horizonte ético e moral, dando margem ao relativismo e trazendo em si uma ambígua concepção de liberdade. Se o homem perde Deus como centro e fim último de sua existência, perde o seu lugar na criação e nas relações com seu próximo¹⁵⁶. Sem Deus o homem perde

¹⁵³ BENTO XVI. Audiência Geral, sala Paulo VI: **O ano da fé. Os caminhos para chegar ao conhecimento de Deus**. Publicado em: 14 de novembro de 2012. Acessado em: 21/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2012/documents/hf_ben-xvi_aud_20121114.html

¹⁵⁴ FRANCISCO. Mensagem para o dia mundial das missões de 2019: **Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo**. Publicada no dia: 20 de outubro de 2019. Acessado em: 21/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20190609_giornata-missionaria2019.html

¹⁵⁵ Cf. BENTO XVI, 2012.

¹⁵⁶ Cf. BENTO XVI, 2012.

também sua referência moral e, por conseguinte enfraquece sua capacidade de julgar entre o bem e o mal.

Outra tendência é a indiferença e o relativismo religioso. O Papa São João Paulo II em 2005 alertava sobre a indiferença e o relativismo, quando se reuniu em uma visita “ad limina”¹⁵⁷ com os bispos da Conferência Episcopal Espanhola. Ele ressalta os avanços na sociedade, na economia e no âmbito religioso que deram lugar à indiferença religiosa e ao relativismo moral, que refletem na vida prática cristã e afetam as estruturas sociais. O Papa também denuncia um tipo de laicismo que quer relegar a fé a uma esfera privada. Tal laicismo é uma ideologia que leva gradualmente a restringir a liberdade religiosa, levando as pessoas a promoverem o desprezo ou a ignorância no âmbito religioso, colocando a religião para o âmbito privado e tirando a sua expressão pública¹⁵⁸.

Ele afirma que o conceito de liberdade religiosa não é compatível com tal ideologia, que muitas vezes nos apresenta apenas como o único horizonte da racionalidade. No entanto, não se pode limitar a liberdade religiosa sem antes negar ao homem o que lhe é fundamental. O atual contexto social é caracterizado pelo indiferentismo religioso, que faz com que as novas gerações acabem sendo expostas as provocações de uma espécie de permissivismo¹⁵⁹ moral¹⁶⁰.

Por fim, o Papa São João Paulo II, observando os inúmeros males presentes na sociedade, diz que o mais preocupante é o avanço do enfraquecimento do sentido do mal. Ele afirma, que para muitos o termo pecado se torna como uma expressão vazia, sem sentido. Para tantos outros, o pecado caracteriza apenas uma forma de injustiça social, como uma degeneração opressiva do sistema. Para outros o pecado é como uma realidade inevitável, por

¹⁵⁷ Explicando sobre o significado e como é a visita Ad Limina, nos fala Dom Rodolfo Weber: “A *Visita Ad Limina Apostolorum*, traduzindo significa – *Visita ao limiar dos Apóstolos*, pois os bispos vão em peregrinação ao túmulo dos Apóstolos São Pedro e São Paulo e se encontram com o sucessor de Pedro, o Papa. [...] A programação da *Visita ad limina* se desenvolve em três momentos fundamentais. Em primeiro lugar é uma peregrinação ao túmulo dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, colunas da Igreja, junto ao qual é celebrada a Santa Eucaristia para solidificar a comunhão e a fé. O testemunho de fé até o martírio, destes apóstolos, fortalece os bispos e os recorda que são sucessores dos apóstolos. O segundo momento marcante é o encontro pessoal com o sucessor de São Pedro, hoje o Papa Francisco. É uma oportunidade para o Papa dirigir-se diretamente aos bispos e os bispos ao papa, pois juntos formam o Colégio Episcopal. [...] O terceiro compromisso é o contato com os Dicastérios da Cúria Romana que são órgãos da Igreja que ajudam diretamente o governo do Papa. A visita aos Dicastérios permite aos bispos conhecerem melhor a estrutura organizativa da Igreja dos quais recebem orientações pastorais e administrativas para as dioceses que dirigem” (WEBER, Rodolfo. **Visita Ad Limina**. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/visita-ad-limina-3/>).

¹⁵⁸ Cf. JOÃO PAULO II. **Discurso ao primeiro grupo de bispos da conferência episcopal da Espanha em visita “Ad Limina Apostolorum”**. Publicado em: 24 de janeiro de 2005. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2005/january/documents/hf_jp-ii_spe_20050124_spanish-bishops.html

¹⁵⁹ Permissivismo se refere a uma tendência ou movimento de negar as normativas vigentes da ordem moral e ética da sociedade.

¹⁶⁰ Cf. JOÃO PAULO II, 2005.

causa das inclinações da natureza humana, não atribuindo, assim, a responsabilidade ao sujeito que peca. Outros ainda, mesmo sabendo verdadeiramente o conceito de pecado, interpretam de forma arbitrária a lei moral e se adaptam à ideia permissiva do costume corrente. Portanto é preciso que os pastores da Igreja não tenham medo de convidar os homens às suas responsabilidades morais e a enfrentar a realidade do pecado à luz da Palavra de Deus¹⁶¹.

Sobre os vários fatores destrutivos que afetam a vida cristã e tiram o verdadeiro sentido do pecado e da relação com Deus, Papa Bento XVI diz:

Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decênios, quantas correntes ideológicas, quantas modas do pensamento... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas lançada de um extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até à libertinagem, ao coletivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. Cada dia surgem novas seitas e realiza-se quanto diz São Paulo acerca do engano dos homens, da astúcia que tende a levar ao erro (cf. *Ef* 4, 14). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo. Enquanto o relativismo, isto é, deixar-se levar "aqui e além por qualquer vento de doutrina", aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades¹⁶².

Essas grandes correntes ideológicas citadas por Bento XVI que buscam não a construção humana, (se mascarando como um bem) mas causam a sua destruição moral e ética, trazendo inúmeras consequências na vida social e religiosa. Assim, a ditadura do relativismo quer retirar da sociedade todos e quaisquer tipos de valores, ao passo que vai assumindo uma profunda indiferença em vários âmbitos da vida social e religiosa. Já o relativismo vai removendo da sociedade a consciência moral. Dessa forma, as pessoas vão se naturalizando com o pecado, e o pecado cometido vai perdendo o sentido de ser, portanto, vai perdendo o valor e o juízo diante da falta cometida.

Outra é o mundanismo. A respeito do mundanismo espiritual que corrompe a Igreja, o Papa Francisco o define como um tipo de cultura efêmera, de aparência e de maquiagem, uma cultura do hoje sim e amanhã não, uma cultura cujos valores são superficiais. O mundanismo é uma cultura onde não tem espaço para a fidelidade, não tem raízes, pois, as

¹⁶¹ Cf. JOÃO PAULO II. **Homilia do Papa João Paulo II**: Santa Missa Jubilar do Ano Santo com o Episcopado Italiano, Basílica de São Pedro. Publicado em: 14 de abril de 1983. Acessado em: 26/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf_jp-ii_hom_19830414_giubileo-redenzione.html

¹⁶² RATZINGER, Joseph. **Homilia do Cardeal Joseph Ratzinger**: Santa Missa "Pro Eligendo Romano Pontifice", capela papal. Publicado em: 18 de abril de 2005. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/gpII/documents/homily-pro-eligendo-pontifice_20050418_po.html

pessoas que vivem assim, mudam as suas opiniões e propósitos segundo as circunstâncias. Colocando tudo como algo possível de negociação, inclusive a própria vivência da fé. É uma cultura do descarte, pois o que interessa é somente o que nos convém. Esse modo de vida que se adentrou até na Igreja¹⁶³.

O mundanismo penetra sutilmente na vida das pessoas e causa um grande mal. Ele se esconde através da aparência de religiosidade e até mesmo de grande amor pela Igreja, levando ao homem a gloriar-se de si e de seu bem-estar, em vez de buscar a glória do Senhor. É uma forma sutil de buscar os próprios interesses e não os de Jesus. Ele pode se apresentar de várias formas, de acordo com o tipo de pessoa e situações em que se encontra. O mundanismo espiritual, por cultivar o cuidado da aparência, muitas das vezes não suscita pecados públicos, mas seria mais destrutivo que o mundanismo¹⁶⁴ moral¹⁶⁵.

Mundanismo espiritual se alimenta principalmente de duas maneiras. A primeira é o fascínio do gnosticismo. Isto se manifesta através do fechamento da fé no subjetivismo, que procura apenas uma determinada experiência ou uma sequência de conhecimentos que aparentemente confortam e iluminam, mas a pessoa fica fechada na própria imanência no horizonte da sua própria razão e dos próprios sentimentos. A segunda maneira é o neopelagianismo, onde as pessoas que só confiam nas próprias forças e se sentem melhores do que as demais, por cumprir normas determinadas, ou pela fidelidade a algum estilo católico do passado. Essas duas maneiras que se relacionam entre si, buscam ao invés de evangelizar, julgar as pessoas se colocando como melhores e exemplos das mesmas. Assim, não estão interessados em Jesus e muito menos nos outros¹⁶⁶.

O Papa Francisco ressalta, ainda, que aqueles que vivem no mundanismo só se preocupam em evidenciar os erros dos outros e vivem em uma profunda obsessão pela aparência. Tais pessoas mundanas não aprendem com seus pecados e não estão abertos ao perdão. É uma profunda corrupção com aparência de um bem da alma¹⁶⁷.

¹⁶³ Cf. FRANCISCO. **Homilia da missa presidida pelo Papa Francisco na casa santa Marta no dia 16/05/2020 da quinta semana da Páscoa**. Publicado pelo site Vatican News no dia, 16 de maio de 2020. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: <http://www.vaticannews.cn/pt/papa-francisco/missa-santa-marta/2020-05/papa-francisco-missa-santa-marta-coronavirus-mundanismo-igreja.html>

¹⁶⁴ O Mundanismo moral é adotar os costumes e modos de viver do mundo secularizado em todas as suas esferas: na família, na Igreja, no emprego, na escola, no lazer e em várias outras atividades e ações. Buscando tornar a Igreja uma instituição corrompida e secularizada.

¹⁶⁵ Cf. FRANCISCO. Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium**: a alegria do Evangelho. São Paulo-SP: Paulinas, 2013, n. 93.

¹⁶⁶ Cf. EG, n. 94.

¹⁶⁷ Cf. EG, n. 97.

Mas como haveremos de nos arrepender de algum pecado se não nos sentimos pecadores?¹⁶⁸ O fato é que a sociedade de hoje nos bombardeia com tantas correntes e ideologias que são destrutivas para a nossa vida moral. Tais elementos acabam distorcendo a própria liberdade, e desqualificando as normativas morais da nossa consciência, fazendo-nos crer que nossas más ações são algo natural, tirando todo o peso da responsabilidade de nossas ações e a culpabilidade de nossas atitudes. Tudo isso acaba por naturalizar o pecado, fazendo com que ele perca seu sentido mais profundo que é o desagrado e uma ofensa a Deus.

Em resumo, para se ter um verdadeiro sentido do pecado, é preciso, em primeiro lugar, formar uma consciência moral segundo os ensinamentos da Igreja à luz das Sagradas Escrituras e da lei divina. Escutar e pôr em prática a voz que ressoa em nosso coração. É a voz da consciência que convida a fazer o bem e evitar o mal. Ela é o fundamento da nossa liberdade e nos garante o verdadeiro juízo em relação a nossos atos. É fundamental formar a consciência, pois ela é o termômetro e nosso parâmetro em relação a moralidade de nossos atos. Tudo isso, no entanto, só é possível se antes existir uma relação profunda e autêntica com Deus. Somente na relação filial com Deus, podemos orientar a nossa vida moral e, jamais esquecer que o pecado rompe essa relação entre criatura e Criador.

Mesmo com inúmeras correntes, ideologias e mudanças destrutivas que buscam disseminar o mal e prejudicar a vivência de fé destruindo a consciência moral, somos chamados a redescobrir a imagem e a semelhança de Deus em nós. Somos chamados também, a orientar a nossa vida no seguimento de Cristo, trabalhando a opção fundamental de cristãos na obediência e na escolha da fé. É fundamental perceber que todas as ações precisam ser orientadas para o bem do próprio homem e para seu fim último que é o próprio Deus. Todas essas ideologias e mudanças decorrentes do nosso tempo, buscam tirar da consciência do homem o sentido de Deus, fazendo-o submerso em toda espécie de vã doutrina e colocando-o como medida de todas as coisas. É preciso formar bem a consciência através de uma vivência concreta da fé cristã, para dar respostas concretas a nossa relação filial para com Deus.

Tendo tudo isso em consideração, o próximo passo é entrar no tema do sacramento da penitência, principalmente no que diz respeito a reconciliação, pois o pecado rompe a relação entre homem e Deus, e o sacramento da penitência vem reconciliar o homem pecador com seu Senhor e Deus e dando-lhe a possibilidade de uma vida nova na graça.

¹⁶⁸ Cf. MORAES, Rafael Stanzione, 2016, p.5.

3 A PENITÊNCIA SACRAMENTAL NA VIDA DA IGREJA

Misericórdia é a atitude divina que abraça, é o doar-se de Deus que acolhe, que se dedica a perdoar. Jesus disse que não veio para os justos, mas para os pecadores. Não veio para os sadios, que não precisam de médico, mas para os doentes. Por isso, pode-se dizer que a misericórdia é a carteira de identidade do nosso Deus. Papa Francisco.

No presente capítulo a reflexão e a pesquisa se debruçará sobre o sacramento da penitência e sua importância na vida do cristão católico. Serão trabalhados alguns pontos de fundamental importância: o primeiro sobre o desenvolvimento do sacramento da penitência a partir do Concílio de Trento; o segundo sobre a penitência sacramental no espírito do Vaticano II; no terceiro sobre o sacramento da penitência e sua atualidade, procurando esclarecer o que é este sacramento e qual sua importância na vida da Igreja. Além disso, serão considerados os atos do penitente no sacramento da penitência e a crise que o circunda.

3.1 O sacramento da penitência no Concílio de Trento

A sistematização teológica do sacramento da penitência foi elaborada entre o séc. XII e o séc. XIII, quando a confissão individual era a forma principal, ou mesmo a única oficial da Igreja. A prática do sacramento da penitência no início da Igreja já era rica e se aperfeiçoou ainda mais após seu desenvolvimento teológico¹⁶⁹. No entanto, será considerado apenas o Concílio de Trento e em seguida o Concílio Vaticano II, por causa da abrangência da doutrina neles contida em relação a este sacramento.

O principal foco do Concílio de Trento foi esclarecer a instituição do sacramento da penitência por Jesus Cristo e sua necessidade na vida do cristão. Com o batismo se recebe o perdão de todos os pecados, porém os pecados graves se repetem na vida dos cristãos após o batismo, fazendo com que percam o estado de graça. O único modo de restabelecer o estado de graça antes perdido pelo pecado é através do sacramento da penitência¹⁷⁰, por isso ele é necessário na vida dos cristãos católicos.

Para Flórez, o Concílio de Trento foi o que mais se dedicou ao tema doutrinário da penitência sacramental, como, em geral, ao tema dos sacramentos. Em Trento, se configura em termos precisos a vida de fé dos cristãos, lhes proporcionando uma forma de entender e de

¹⁶⁹ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 161.

¹⁷⁰ Cf. GANOCZY, Alexandre. **Os sacramentos**: estudo sobre a doutrina católica dos sacramentos. Trad.: Silvino Arnhold. São Paulo: Edições Loyola, 1988, p. 97.

viver a fé cristã que condiz ao que entendemos hoje como catolicismo. Mas a penitência não é um tema independente. Por isso era necessário ter uma visão global da realidade cristã, que perpassa por uma visão da Igreja, da fé, da graça, da obra da justificação e dos sacramentos. O modelo de confissão de Trento, definida em uma época de tensões e rupturas com os cristãos do Ocidente é o expoente mais claro que se tem sobre a reforma católica¹⁷¹.

Um dos pontos principais da reforma tridentina, a partir de uma visão hierárquica e ministerial da comunidade dos fiéis, era buscar a partir da preparação do clero, com o intuito de formar sacerdotes como modelos e guias para os fiéis. Com a finalidade de fazer chegar a todos os cristãos a ação santificadora da Igreja, em relação a fé, à participação no culto e à vida moral dos fiéis, a função do clero na administração do sacramento da penitência é fundamental e decisiva. O modelo de confissão que o Concílio de Trento definiu, não é algo novo, mas foi retirado da vida de fé da Igreja latina, e dela se constitui o verdadeiro sinal de reconciliação dos batizados. A confissão tridentina atende todas as exigências fundamentais da penitência cristã, colocando bem evidenciado os protagonistas deste sacramento, a saber, o penitente e a Igreja, essa representada por seu ministro¹⁷².

O Concílio afirma que o sacramento da penitência é a fonte da salvação para todos os cristãos batizados recaídos no pecado. Também, define que as palavras de Jesus Cristo em *Jo* 20,22-23¹⁷³, devem ser entendidas como palavras da instituição do sacramento da penitência. Assim, entende que por tais palavras Jesus concedeu aos Apóstolos e seus sucessores a autoridade de perdoar ou não os pecados. Também foi afirmada a necessidade deste sacramento para os cristãos recaídos no pecado mortal. O sacramento, então, passa a ser uma das exigências para a salvação do cristão católico¹⁷⁴.

Afirma ainda que, os cristãos que depois do batismo, caíram em pecado, decaindo assim da graça da justificação, depois de tê-la recebido, poderão ser novamente justificados, pelo mérito de Cristo através do sacramento da penitência. O sacramento da penitência é visto como um meio de reparação necessária, para que o fiel volte à graça da justificação. Igualmente, aqueles que cometeram pecados mortais perdem imediatamente a graça da justificação, mas não perdem a fé¹⁷⁵.

¹⁷¹ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 249.

¹⁷² Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 249.

¹⁷³ Como podemos ler em *Jo* 20, 22-23: ²²Dizendo isso, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo.

²³Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais retiverdes ser-lhes-ão retidos”. (BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2019).

¹⁷⁴ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 233, 235, 236-237.

¹⁷⁵ Cf. DENZINGER, Henrici. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja Católica**. São Paulo: Paulinas/ Loyola, 2007, n. 1542-1544.

O sacramento da penitência no modelo tridentino tem dois pilares: a confissão e a absolvição. A confissão tendo raízes antropológicas e bíblicas adquire uma composição especial, em Trento, sendo resultado de uma ampla experiência eclesial e de uma interpretação teológica no que se refere ao poder das chaves que identifica a ação de Deus e a ação da Igreja neste sacramento. Já a absolvição dos pecados é o principal sinal do poder das chaves, que os sacerdotes exercem como função recebida na ordenação, como ministros de Cristo e dispensadores de sua graça. No exercício desse poder, os sacerdotes primeiramente devem saber administrá-lo com conhecimento de causa e sabedoria, com paciência com o enfermo que espera o remédio devido. Antes de tudo, a absolvição é o sinal concreto do perdão de Deus, portanto é sinal evidente da eficácia deste sacramento, que por sua vez, é independente da santidade do ministro, mas sim da fé da Igreja¹⁷⁶.

O Concílio não inovou muito em questões da disciplina e da pastoral em relação ao sacramento da penitência, no que já havia definido no IV Concílio de Latrão, mas especificou mais a obrigação de confessar os pecados mortais. Aprovou que o cristão deve se confessar no mínimo uma vez ao ano durante a quaresma, assim difundindo seu costume na vida da Igreja. Sua principal inovação esteve em duas afirmações: a primeira é de que a confissão individual a um sacerdote é um costume antigüíssimo dos cristãos, que remonta às origens da Igreja; a segunda é que a confissão sacramental é de direito divino. Sobre a questão do direito divino em relação a confissão sacramental houve uma grande inovação do Concílio, colocando na autoridade divina a lei, que antes parecia ser apenas de cunho eclesiástico¹⁷⁷. Desse modo, estabelece-se a obrigação para o cristão de se confessar individualmente a um sacerdote, anualmente.

A confissão e a absolvição colaboram, juntamente com a intervenção do sacerdote, para realizar um ato chamado “judicial” visto que, o penitente antes de receber a absolvição recebe do sacerdote uma pena para a satisfação do mal realizado¹⁷⁸. O Concílio encontrou na Tradição a fórmula para dizer que a penitência sacramental é um verdadeiro processo judicial, no qual o sacerdote como ministro eclesiástico pronuncia uma sentença ao penitente que é membro da Igreja, com o conhecimento claro da sua situação de culpa. É essa característica do sacramento da penitência que o distingue do sacramento do batismo, pois o batizando não está sob a jurisdição da Igreja antes do batismo¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 250.

¹⁷⁷ Cf. ROUILLARD, Philippe, 1999, p. 64.

¹⁷⁸ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 250.

¹⁷⁹ Cf. GANOCZY, Alexandre, 1988, p. 98.

A satisfação da culpa em Trento, tem um caráter predominantemente jurídico. Tendo como ponto de partida a afirmação de que Deus pode perdoar a culpa sem remitir todas as penas necessárias a ela. A justiça e a bondade de Deus, querem educar o pecador exigindo que o penitente submeta-se a certas penas para a satisfação do pecado cometido¹⁸⁰.

Em relação à estrutura interna do sacramento, Trento resumindo os componentes essenciais da Tradição acerca do sacramento encontrou a seguinte forma estrutural: primeiramente a Matéria do sacramento, a tríplice atitude do penitente, a saber: o arrependimento, a confissão sacramental e a satisfação. Tais atos são de instituição divina e no penitente garantem a integridade do sacramento e a remissão perfeita dos pecados. A forma do sacramento está contida nas seguintes palavras pronunciadas pelo ministro: “Eu te absolvo”. A eficácia, o efeito e a força desse sacramento se constitui na reconciliação com Deus, que se caracteriza pelo estado de paz e serenidade ao receber o sacramento¹⁸¹. A respeito do modelo tridentino de confissão Flórez diz:

O modelo tridentino de confissão corresponde a um modelo de Igreja que não é, certamente, a primitiva, na qual os pecadores constituíam uma "ordem" à parte e a penitência era aplicada com rigor extremo, mas uma nova comunidade, mais experimentada na realidade do pecado e, por isso mesmo, mais consciente da necessidade de uma penitência reconciliadora que atinja todos os membros da Igreja, mais inclinada a valorizar os aspectos pessoais e práticos da conversão, mais capaz de diferenciar a diferente gravidade das faltas, mais ativa na realização da ação penitencial da Igreja. Trento vem reafirmar a legitimidade de um modelo de confissão amplamente experimentado e contrastado pela Igreja, rejeitando, terminantemente, as tentativas dos reformadores protestantes de reduzi-lo a uma mera instituição eclesiástica de vigência temporal, de unidade espiritual ou de uso opcional¹⁸².

Trento vem afirmar a necessidade dos batizados de buscarem a confissão sacramental com um espírito de conversão e mudança de vida. Ao mesmo tempo, deixa claro que a instituição desse sacramento é de ordem divina e não humana, sendo o próprio Cristo quem o instituiu e, que é uma prática constante na vida da Igreja desde as suas origens, negando as afirmações contrárias dos reformadores protestantes.

3.2 A penitência sacramental no espírito do Vaticano II

Os padres Conciliares do Concílio Vaticano II, sugeriram uma renovação do Rito Penitencial, do rito da confissão. Diz o *Sacrosanctum Concilium*: “Revejam-se o rito e as

¹⁸⁰ Cf. GANOCZY, Alexandre, 1988, p. 99.

¹⁸¹ Cf. DS, n. 1673,1674-1675.

¹⁸² FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 251.

fórmulas da penitência, de modo que expressem com mais clareza a natureza e o efeito deste sacramento”¹⁸³. A iniciativa se deu por haver uma preocupação pela progressiva diminuição da prática sacramental da confissão¹⁸⁴. O Concílio Vaticano II buscou deixar cada vez mais claro para os fiéis a natureza e o efeito do sacramento da penitência na vida da Igreja, para que as pessoas não só compreendessem sua importância, mas que fosse presente em suas vidas. Foi dado um norte à dimensão eclesial do sacramento da penitência. A constituição dogmática *Lumen Gentium* diz:

Aqueles que se aproximam do sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram e, ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja que feriram pelo pecado, a qual procura levá-los à conversão pela caridade, pelo exemplo e pela oração¹⁸⁵.

Fica evidente que o sacramento da penitência não só nos dá a oportunidade de recuperar o estado de graça, mas também possibilita estar em comunhão com toda a Igreja, pois o pecado, não só nos priva do estado de graça e de comunhão com Deus, mas também distancia da comunidade, corpo místico de Cristo.

É o próprio Deus que concede ao penitente a graça da reconciliação, ampliando sua dimensão para a comunidade eclesial, a qual sustenta o penitente e é ferida por seus maus atos. Fica evidente também a eficácia desse sacramento através de seus efeitos: a reconciliação com Deus e a paz da alma. Com a metodologia da volta as fontes, o Concílio evidenciou a práxis penitencial da Igreja primitiva, quando Paulo mostra a exclusão do pecador da vida da comunidade em *1 Cor 5,1-13*. Tal exclusão seria um modo de preservar a comunidade do mal do pecado¹⁸⁶.

Nesse resgate das fontes primárias da Igreja, demonstrar que o pecado não fere apenas a relação entre Deus e o homem, mas causa graves prejuízos na vida da comunidade. No sacramento da penitência existe a simultaneidade da reconciliação com Deus e com a Igreja. No entanto, a reconciliação com a Igreja é uma manifestação externa da qual se realiza a reconciliação do penitente com Deus¹⁸⁷. Nessa perspectiva, a Igreja por sua caridade, oração e exemplo, exerce um papel fundamental na reconciliação e na conversão do penitente. O Vaticano II possibilitou a publicação de um novo ritual da penitência (1974-1978), abrindo

¹⁸³ DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Sobre a sagrada liturgia: *Sacrosanctum Concilium***. 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997, n. 72.

¹⁸⁴ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 38.

¹⁸⁵ DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Dogmática sobre a Igreja: *Lumen Gentium***. 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997, n. 11.

¹⁸⁶ Cf. GANOCZY, Alexandre, 1988, p. 101.

¹⁸⁷ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 305.

largas possibilidades na prática sacramental, facilitando a dimensão pastoral e teológica deste sacramento¹⁸⁸.

A constituição *Gaudium et spes* fala sobre a dignidade e a grandeza do ser humano, sua primazia sobre os demais seres criados, sua consciência moral e liberdade, o que não impede que o homem se incline ao mal, pois constantemente está dividido em seu interior pelas forças do bem e do mal que lutam na sociedade. Esses elementos da *Gaudium et spes*, nos mostra o interesse da Igreja de aproximar-se do ser humano, para orientá-lo a entender a si mesmo e interpretar seus conflitos interiores¹⁸⁹.

A exposição dessa constante luta entre o bem e o mal que é travado no interior do homem e na sociedade onde ele está inserido, é o elemento fundamental para que ele redescubra o sentido do pecado e o valor da mensagem cristã da reconciliação. O sacramento da penitência atuando na purificação e na santificação dos membros da Igreja, não pode deixar de lado a profunda conexão que existe entre as raízes do pecado, que há no coração do homem e o pecado que tem sua sede na sociedade. Para reparar a má compreensão do sacramento da penitência, a Igreja volta às fontes primitivas para dar uma interpretação da realidade do pecado e da graça à luz da revelação cristã, partindo da realidade existencial do homem¹⁹⁰.

Sabendo que a conversão da humanidade se dá a partir do exemplo, a Igreja percebe a necessidade constante de se renovar. Assim, a constituição dogmática *Lumen Gentium* afirma que: "a Igreja que reúne em seu seio os pecadores, é ao mesmo tempo santa, e sempre necessitada de purificação, sem descanso dedica-se à penitência e à renovação"¹⁹¹.

O apelo à santidade e à renovação na Igreja se dá pela fidelidade a sua condição de ser sacramento e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Para que aconteça a reconciliação e a unidade entre os cristãos, é preciso a conversão e a renovação da Igreja, manifestando com o exemplo de sua fidelidade à doutrina e aos ensinamentos de Cristo. Assim, a Igreja como sacramento de santidade e de unidade dos cristãos, está profundamente associada ao dever de seus membros de serem fiéis ao mandato de Cristo¹⁹².

¹⁸⁸ Cf. ROUILLARD, Philippe, 1999, p. 82-83.

¹⁸⁹ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p.261.

¹⁹⁰ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 262-263.

¹⁹¹ LG, n.8.

¹⁹² Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 264-265.

A comunidade deve ser ativa e atuante no processo de perdão e reconciliação, visto que o pecado, a ofensa desferida contra Deus fere também toda a comunidade¹⁹³. O cristão caído no pecado só poderá encontrar o perdão de Deus, si se reconciliar com a comunidade dos irmãos, pois a penitência sacramental não é uma ação isolada, mas antes ação de toda a Igreja. Não é apenas um ato institucional e eclesial, mas sobretudo uma intervenção de toda a comunidade em favor do pecador que encontra o perdão e o amor de Deus misericordioso¹⁹⁴.

Assim, o Concílio Vaticano II avançou muito ao destacar que o pecado do cristão é uma ofensa feita a Deus, e que fere também a comunidade Igreja. Assim, o pecado como realidade visível no mundo afeta a Igreja, uma vez que atrapalha a sua missão e obscurece seu rosto diante dos homens¹⁹⁵.

3.3 O sacramento da penitência e sua atualidade

O catecismo da Igreja católica afirma que as pessoas que buscam o sacramento da penitência alcançam a misericórdia de Deus e o perdão da ofensa a Ele desferida. Ao mesmo tempo adquirem a reconciliação com a Igreja e com os irmãos. Pela caridade, pelo exemplo e pela oração, a Igreja trabalha sem cessar pela a conversão dos pecadores¹⁹⁶.

O sacramento da penitência ou da reconciliação é conhecido por alguns nomes, a saber:

1423. Chama-se *sacramento da conversão*, pois realiza sacramentalmente o convite de Jesus à conversão, o caminho de volta ao Pai, do qual a pessoa se afastou pelo pecado.

Chama-se *sacramento da Penitência* porque consagra um esforço pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador.

1424. É chamado *sacramento da confissão*, porque a declaração, a confissão dos pecados diante do sacerdote é um elemento essencial desse sacramento. Num sentido profundo esse sacramento também é uma “confissão”, reconhecimento e louvor da santidade de Deus e da sua misericórdia para com o homem pecador.

Também é chamado *sacramento do perdão* porque pela absolvição sacramental do sacerdote Deus concede “o perdão e a paz”.

É chamado *sacramento da Reconciliação* porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia: “Reconciliai-vos com Deus» (2Cor 5, 20). Quem vive do amor misericordioso de Deus está pronto para responder ao apelo do Senhor: “Vai primeiro reconciliar-te com teu irmão” (Mt 5, 24)¹⁹⁷.

¹⁹³ Cf. GANOCZY, Alexandre, 1988, p. 103.

¹⁹⁴ Cf. RAMOS, Regidor José, 1989, p. 311-312.

¹⁹⁵ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 265.

¹⁹⁶ CEC, n. 1422.

¹⁹⁷ CEC, n. 1423-1424.

Mesmo com vários nomes, a essência do sacramento é uma só: reconciliar todos os pecadores com Deus e com os irmãos. O sacramento revela a infinita misericórdia de Deus para com o ser humano e seu amor para conosco. Não se pode esquecer, no entanto, que o homem tende ao pecado por causa de sua natureza decaída. Mas Deus está sempre pronto a perdoar e a oferecer, através de sua Palavra, a oportunidade de viver santamente.

O homem nasce sujeito à culpa original e tende sempre ao pecado, e quando adulto é acompanhado pelo pecado pessoal. Assim, o homem enquanto ser sujeito ao pecado, só pode libertar-se do mal do pecado reconhecendo que está sujeito a ele. Ao mesmo tempo, sabendo de sua possibilidade de pecar, recorrer a Jesus Cristo, no sacramento da penitência¹⁹⁸. O Cardeal Angelo Sodano afirma que:

O sacramento da Penitência, no entanto, destina-se a perdoar os pecados não indiscriminadamente a todos os homens, mas tão só aos que mediante o Baptismo começaram a fazer parte, para sempre, da Igreja e são chamados a viver o seu mistério em plenitude; esses já não estão sozinhos no mundo, mas são como membros de um organismo cujo chefe é Cristo crucificado e ressuscitado, fonte de vida divina para todos os seus¹⁹⁹.

O sacramento só pode ser administrado a cristãos católicos devidamente batizados, para que seu efeito seja efetivo na vida da pessoa, membro da Igreja de Cristo. Assim, o batizado após ter cometido pecado, consciente de sua força destruidora se dirige a Deus de todo o coração, pela ação do Espírito Santo e se aproxima do sacramento da penitência. A conversão do coração engloba o arrependimento do pecado cometido e o empenho de uma mudança de vida. Esta conversão interior se manifesta na confissão sacramental feita à Igreja, pela adequada satisfação do mal cometido e pela mudança de vida. Deus por sua vez, concede ao penitente arrependido o perdão dos pecados pelo intermédio da Igreja, que age através do sacerdote²⁰⁰. O sacramento da penitência exige, para sua eficácia, as disposições (atos) do penitente, que são: a contrição, a confissão, a satisfação e a absolvição, sendo esta última ação do sacerdote:

¹⁹⁸ Cf. PENITENCIARIA APOSTÓLICA. **O sacramento da penitência em sete alocações e uma carta apostólica do Papa João Paulo II**: Prefácios de 1992 e de 1996 do cardeal Angelo Sodano. Cidade do Vaticano, 04/03/1992. Acessado em: 11/10/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/tribunals/apost_penit/documents/rc_trib_appen_doc_20000613_penance_po.html

¹⁹⁹ PENITENCIARIA APOSTÓLICA, 1992, Introdução.

²⁰⁰ Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. **Sacramentário: penitência**. 2. ed. 2013, 5. Reimpressão. São Paulo: Paulus, 2020, p. 56.

a) A contrição

A contrição é o primeiro ato do penitente, ela é um profundo pesar da alma e um repúdio ao pecado cometido, com o propósito de não voltar a pecar. A contrição é o arrependimento do pecado cometido. Ela é acompanhada pela mudança interior, onde se dá a verdade da penitência. A conversão deve atingir o homem por dentro, para ajudá-lo a si assemelhar-se mais com Cristo²⁰¹.

b) A confissão

O segundo ato do penitente é a confissão integral e auricular dos pecados. Ela resulta do conhecimento profundo de si diante de Deus e da contrição dos pecados. Todavia, a acusação exterior deve ser feita à luz da misericórdia de Deus. A confissão impõe ao penitente a vontade de abrir o seu coração ao ministro de Deus, em ordem ao juízo espiritual, por meio do qual o ministro, agindo na pessoa de Cristo, profere, em razão do poder das chaves, a sentença de remissão ou de retenção dos pecados²⁰².

c) A satisfação

O terceiro ato do penitente é a satisfação da culpa cometida, pela mudança de vida e pela reparação do mal realizado. A satisfação deve ser adequada a cada penitente, de modo que repare a ordem transgredida e sirva também como um remédio para sarar o mal. É necessário que a pena seja vista como um remédio para curar o mal que o pecado realizou e não como um castigo de forma que renove a vida do penitente²⁰³.

d) A absolvição

A absolvição é o último elemento da confissão sacramental. O pecador, depois de ter confessado integralmente seus pecados e manifestado sua conversão ao sacerdote na confissão sacramental, recebe de Deus por intermédio do sacerdote o perdão manifestado pela

²⁰¹ Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2020, p. 56-57.

²⁰² Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2020, p. 57.

²⁰³ Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2020, p. 57.

absolvição sacramental. A absolvição sacramental²⁰⁴ é a manifestação visível da misericórdia de Deus²⁰⁵.

O tema do sacramento da penitência e da reconciliação não é algo desconhecido pelo fiel. É um tema sempre presente na vida da Igreja. Trata-se de um tema clássico e de vigor permanente, que não passou despercebido nas meditações do Concílio Vaticano II. A Igreja retoma esse tema buscando sempre a melhor vivência sacramental dos fiéis, visando uma participação mais consciente, ativa e proveitosa. O elemento fundamental que influenciou uma retomada mais incisiva a respeito do tema da penitência, foi a preocupação com declínio da prática sacramental da penitência²⁰⁶.

O abandono do sacramento da penitência já havia sido percebido antes do Concílio Vaticano II. Entre as possíveis causas está a falta de compreensão do sacramento; uma catequese fraca, de exposição eclesial apenas em nível litúrgico; a redução da confissão a uma mera lista de pecados; uma valorização maior do pecado em detrimento da misericórdia de Deus; a pobreza ritual do sacramento²⁰⁷.

Diversos pontífices se debruçaram, através de documentos e catequese, sobre o tema do sacramento da penitência e sobre o pecado. Isso aconteceu devido a percepção dos pastores em relação ao avanço de elementos destrutivos da consciência moral das pessoas e do declínio da prática do sacramento da penitência. No entanto, a Igreja como fonte da misericórdia de Deus não cessa de chamar seus filhos a reconciliação com Ele. No pontificado de Pio XII, já se percebia um declínio do sentido do pecado nos fiéis.

Não obstante, Flórez diz que, a frequência da confissão estava ligada a uma instrumentalização pastoral do sacramento: as comunidades de formação pastoral, as escolas católicas, fomentavam uma prática sacramental rigorosa e generalizada, que infelizmente acabaram desaparecendo ou mudaram seu projeto educativo ao longo do tempo. Isso se deu pela má compreensão doutrinária dos sacramentos, provocada por exposições teológico-pastorais contaminadas por uma cultura secular e profana. O elemento fundamental dessa má

²⁰⁴ A fórmula atual da absolvição feita pelo sacerdote é esta: “Deus, Pai de misericórdia, que pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E EU TE ABSOLVO DOS TEUS PECADOS, EM NOME DO PAI, E DO FILHO, E DO ESPÍRITO SANTO. Penitente: Amém. (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2020, p. 80).

²⁰⁵ Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2020, p. 58.

²⁰⁶ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 19.

²⁰⁷ Cf. NOVAIS, Luís Manuel Leitão. Tese de mestrado intitulado: **O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado**. Braga-Portugal – Faculdade Católica Portuguesa: Faculdade de Teologia, 2013, p. 93, nota 2, apud J. CORDEIRO, «A celebração da penitência e da reconciliação...», in Boletim de Pastoral Litúrgica, 116. Acessado em: 08/08/2022. Disponível em: file:///D:/1%20-%20TCC%20de%20teologia/SRCP_Final2013_E.pdf

compreensão sacramental da penitência está diretamente ligado à falta de clareza do conceito de pecado e de reconciliação²⁰⁸.

Notou-se que na raiz desse problema global há uma espécie de desorientação, para além do sentido de pecador e de pecado. Junto a dificuldade de confessar está também a dificuldade de individualizar o pecado. O Papa Paulo VI dizia que nos juízos do homem moderno não há espaço para o pecado, pois não se consideram pecadores. Isto é provocado pelo afastamento do intelecto humano da sabedoria divina, perdendo assim, o sentido do pecado. A grave ruptura relacional entre homem e Deus acontece por intermédio do pecado²⁰⁹.

Sobre a diminuição do sacramento da penitência hoje, Moraes diz:

O homem moderno, mal orientado tanto ética como religiosamente, recai muitas vezes na confusão mágica. Prescindindo das suas intenções íntimas, atribui-se culpas só porque se sente infeliz ou falhado, ou porque infringiu qualquer lei ou técnica cuja observância considerava – com razão ou sem ela – necessária para o seu bem-estar. [...] Surge então a tendência a confundir o pecado com esse sentimento mórbido de culpa, chegando-se a uma primeira noção errônea de pecado muito difundida atualmente. [...] O enfraquecimento da consciência moral leva ainda a uma outra noção errônea de pecado bastante difundida que consiste em reduzi-lo «à injustiça social, fruto das degenerações opressivas do «sistema» e, por conseguinte, imputável àqueles que contribuem para a sua conservação». Reduz-se o pecado às suas consequências, identificando-o tendenciosamente com as injustiças que dele se originam, para que cada indivíduo possa aparecer como vítima de um pecado estrutural pelo qual ninguém seria responsável²¹⁰.

O homem hoje, confunde o pecado por um simples sentimento de culpa. O termo pecado seria uma expressão vazia, que no fundo seriam como mecanismos psicológicos desajustados e que precisariam voltar à normalidade através de um tratamento terapêutico. O autor fala que esse complexo de culpa, não se refere ao sentimento de culpa que brota do arrependimento da ação do pecado²¹¹, que por sua vez, se caracteriza pela busca do perdão a Deus e à comunidade, através da mudança de vida e não por um tratamento terapêutico.

Com o enfraquecimento da consciência moral, faz com que o homem desse tempo, reduza o pecado apenas à suas consequências, tirando assim, a sua responsabilidade do mal realizado. Tais elementos contribuem para o afastamento das pessoas entorno deste

²⁰⁸ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 19- 20.

²⁰⁹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Para redescobrir o “Rito da Penitência”**. Vaticano, 2015. Acessado em: 10/10/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_notitiae-2015-quaderno-penitenza_po.html

²¹⁰ MORAES, Rafael Stanzione, 2016, p. 9-11.

²¹¹ Cf. MORAES, Rafael Stanzione, 2016, p. 9.

sacramento, pois não sentem mais a necessidade do mesmo, pois não se reconhecem como pecadores.

Inúmeros fatores contribuíram para a grave crise do sacramento da penitência em nossos dias, sabendo que tal crise perdura a décadas. Percebe-se que em muitas paróquias tem se perdido a prática sacramental da penitência, conseqüentemente, muitos cristãos participam da Eucaristia sem cuidar-se da prática penitencial. Tal situação é uma chaga profunda na vida da Igreja atualmente e que nos faz pensar seriamente sobre a nossa consciência pessoal e pastoral. O que levou a tal crise, são diversos fatores, muitos deles já citamos aqui, outros que podem ter contribuído ainda mais, como: hoje muitos cristãos já não vivem o sacramento da penitência como uma experiência pascal e menos ainda como uma libertação da escravidão do pecado para uma vida nova em Cristo. Mas enxergam o sacramento da penitência como uma obrigação, ou um meio de controle, com a finalidade de tutelar as pessoas e direcionar as consciências²¹².

O Papa Francisco, preocupado com esta situação, abriu o ano jubilar da misericórdia em 2015, como tempo propício para redescobrir o sentido do pecado e da misericórdia de Deus. À luz do sacramento da penitência, entende que o sacramento é diálogo entre o homem pecador e o mistério da misericórdia de Deus que percorre toda a história bíblica²¹³.

Os documentos da Igreja afirmam o dever que os sacerdotes têm de prestar o serviço da confissão e o direito dos cristãos batizados de aproximar-se do sacramento da penitência, através da confissão sacramental, individual e auricular. O papa João Paulo II insistia que a única forma para que o batizado consciente do pecado cometido se reconcilie da ofensa feita a Deus e a Igreja é através da confissão sacramental individual e integral. Daí nasce a recomendação a todos os sacerdotes para que sejam pacientes, generosos e acolhedores em sua entrega ao ministério penitencial, sendo que tal sacramento esteja acima de qualquer tarefa sacerdotal, menos da celebração Eucarística. Para contornar a crise crescente do sacramento é preciso que os sacerdotes estejam disponíveis para atender os penitentes procurando vencer o desânimo visto que esse ministério não vem acompanhado por aplausos e por manifestação sensível²¹⁴.

A partir do Concílio Vaticano II começa haver uma nova abordagem do sacramento da penitência. Muitos teólogos começam a falar que o pecado e o perdão dos pecados têm um

²¹² Cf. KASPER, Walter. **A misericórdia**: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã. Trad.: Beatriz Luiz Gomes. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015, p. 202-203.

²¹³ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Para redescobrir o “Rito da Penitência”**. Vaticano, 2015.

²¹⁴ Cf. PENITENCIARIA APOSTÓLICA, 1992, Introdução.

aspecto eclesial²¹⁵. Fruto do sínodo romano de 1983, a Exortação Apostólica *Reconciliatio et paenitentia*, busca orientar os cristãos acerca da importância do sacramento. Papa João Paulo II diz que:

Na condição concreta do homem pecador, em que não pode haver conversão sem conhecimento do próprio pecado, o ministério de reconciliação da Igreja intervém, em qualquer hipótese, com uma finalidade claramente penitencial, isto é, para levar o homem ao “conhecimento de si”, segundo a expressão de Santa Catarina de Sena, ao desapego do mal, ao restabelecimento da amizade com Deus, à reordenação interior e à nova conversão eclesial²¹⁶.

O sacramento da penitência nesta perspectiva, busca uma restauração integral do homem, a partir do conhecimento de si e de sua condição de pecador. Esse redescobrimto de si, a partir do autoconhecimento é fundamental no processo de conversão pessoal e eclesial. Através do sacramento, todos os homens podem experimentar singularmente a misericórdia de Deus, um amor que vai além do pecado.

Para Flórez, houve na comunidade cristã, uma evolução em dois aspectos importantes na fé cristã: antes havia uma concepção rigorosa do pecado, que buscava uma culpabilidade generalizada e severa, agora há uma atitude escusatória que tende a minimizar a realidade do pecado, destacando mais a dimensão do amor sem limites da misericórdia de Deus. Outro elemento importante, é a cultura secularizada, caracterizada pela autonomia e independência da religiosidade e por sua resistência em aceitar os modelos e práticas religiosas. Todos esses elementos contribuem para a diminuição da fé e da prática religiosa, inclusive dos sacramentos²¹⁷.

O mesmo autor, diz que, o pecado, enquanto elemento real que afeta diretamente a humanidade, não desaparece da vida do cristão batizado. A Igreja sabe que a sua força diante do pecado que a afeta, não está somente na alusão de crer que o pecado foi extirpado pela ação redentora e salvadora de Cristo, mas ela se põe ao lado de Cristo em constante luta contra o pecado, que infelizmente continua agindo no mundo, com seu poder destrutivo²¹⁸. Apenas o mistério da piedade que encontramos no sacramento da penitência, tem a força de derrotar o pecado do homem, pois, abre o intelecto humano para os valores cristãos, que possibilita a reconciliação e a conversão²¹⁹.

²¹⁵ Cf. NOVAIS, Luís Manuel Leitão, 2013, p. 88.

²¹⁶ RP, n.13.

²¹⁷ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 20.

²¹⁸ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 21.

²¹⁹ RP, n. 19-22.

A Igreja nunca deixará de lado o tema do pecado que tanto afeta a vida da comunidade. Mas deve assumir a atitude de Cristo que veio para que ninguém se perca. A ação da Igreja está ligada à atitude de acolher e ajudar o pecador a ter consciência de sua dignidade de filho de Deus. Através do sacramento da penitência, assegura a seus membros que o pecado não é um elemento decisivo na vida do fiel, mas que todo o pecador encontra, na fé cristã católica, uma resposta inspirada no amor de Deus para uma conversão sincera²²⁰. Sobre isso o Catecismo diz:

*A conversão a Cristo, o novo nascimento do Batismo, o dom do Espírito Santo, o corpo e Sangue de Cristo recebidos como alimento nos tornaram “santos e irrepreensíveis diante dele” (Ef 1, 4), como a própria Igreja, esposa de Cristo, é “santa e irrepreensível” (Ef 5, 27). Entretanto, a nova vida recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação ao pecado, que a tradição chama de *concupiscência*, que continua nos batizados para prová-los no combate da vida cristã, auxiliados pela graça de Cristo. É o combate da *conversão* para chegar à santidade e à vida eterna, para a qual somos incessantemente chamados pelo Senhor²²¹.*

O catecismo levando em consideração a fragilidade humana por causa do pecado, que perpassa toda a vida do batizado, nos revela a importância da conversão e ao mesmo tempo da reconciliação sacramental para que o homem não perca a graça santificante adquirida no batismo.

Mesmo com a disposição da graça de Deus para a redenção humana, não somos imunes ao pecado, pois ele continua nos influenciando. Mas mesmo que a fraqueza humana que nos faça tender ao pecado é preciso insistir, enquanto estivermos por aqui, pois dispomos de um importante meio para retornar à graça: o sacramento da penitência.

A Igreja usa o método do diálogo pastoral como meio eficiente para orientar o homem à penitência e à reconciliação. É uma constante renovação da própria consciência à luz da redenção de Cristo, confiada ao ministério de sua Igreja. Assim, toda a Igreja deve empenhar-se em vista do diálogo para a reconciliação de seus membros através de sua ação reconciliadora. É preciso, portanto, uma catequese da parte dos pastores sobre a reconciliação e a penitência fundamentada no ensino bíblico na qual se acentue o valor da conversão como um retorno a Deus²²².

O sacramento da penitência é o verdadeiro refúgio do cristão pecador. Através dele somos libertados do peso do pecado. Em nenhum outro lugar, podemos experimentar a

²²⁰ Cf. FLÓREZ, Gonzalo, 2007, p. 23.

²²¹ CEC, n. 1426.

²²² RP, n. 25-26.

misericórdia e a compaixão de Deus de modo tão imediato como neste sacramento. Sabemos que não é fácil confessar diante do sacerdote falar de nossos erros e faltas, mas ao confessar e receber a absolvição, a pessoa experimenta uma libertação interior, uma paz espiritual e uma alegria que só o sacramento da penitência pode proporcionar. É preciso, portanto, redescobrir este sacramento na vida paroquial. Os sacerdotes que recebem por intermédio da Igreja o encargo de perdoar os pecados devem estar sempre dispostos a administrá-lo²²³.

Fica clara a importância que o sacramento da penitência tem na vida da Igreja. Ele nos dá a possibilidade de reconciliação com Deus, com a Igreja e com os irmãos. Foi instituído por Cristo para que pudesse continuar, através da Igreja sua obra redentora, nos dando a oportunidade de salvação e de restaurar a harmonia com os irmãos. Sabemos que o pecado persiste no mundo e que por causa da fragilidade da natureza humana, estamos propensos a pecar. Mas a Igreja que tem a missão de conduzir e zelar pela dignidade humana e pela salvação de toda a humanidade, busca através de seus sacramentos fazer que o reino de Deus aconteça e que todos possam se salvar.

²²³ Cf. KASPER, Walter, 2015, p. 203-204.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Sagrada Escritura, o pecado é a causa da separação do homem para com Deus. A queda é o marco principal da origem do pecado e de suas consequências no mundo. Lamentavelmente, entre a primeira criação que está descrita no livro do Gênesis e a segunda criação que se dá em Cristo existe uma negação da realidade do pecado, que destrói a fraternidade e desfigura continuamente a nobreza de sermos da mesma família humana.

Não compreender o fundamento do pecado no Antigo Testamento, impossibilita vislumbrar a graça redentora do Novo. O pecado, na linguagem do Antigo Testamento, é sempre a desobediência do homem ao mandato de Deus. A aliança que Deus faz com seu povo, tem como principal finalidade a comunhão com Ele. Deus concede ao povo de Israel a terra prometida como lugar teológico de comunhão e fidelidade, tal compreensão se dá paulatinamente. A aliança é caracterizada pela fidelidade tanto da parte de Deus como da humanidade que deve livremente aceitá-la.

Deus não se cansa de chamar seu povo a conversão. Ela se caracteriza pela mudança de vida e pelo retorno a Deus através das práticas penitenciais. No entanto, percebe-se na história bíblica, que o homem vai se reconhecendo como pecador e necessitado de reconciliação paulatinamente, através do amadurecimento da relação com Deus.

O pecado é o mau uso da liberdade humana. É um ato deliberado do sujeito moral criado a imagem e semelhança de Deus, que por livre vontade, opta por negar o bem e fazer o mal, preferindo romper a comunhão com seu Deus. O pecado provém da desobediência do homem frente aos mandamentos de Deus. É uma falta contra a razão, a verdade e a reta consciência. O pecado é o egoísmo do homem que, mergulhado em bens inferiores, chega à negação de Deus. A consequência do pecado é a morte física e espiritual.

Apesar disso, o homem tem em seu interior uma luz onde ressoa a voz do próprio Deus que o convida a fazer o bem e a evitar o mal. É o que chamamos de consciência moral. Ela ajuda na escolha que parte da liberdade, entre o bem e o mal moral. Mas para que a consciência moral possa orientar de forma reta os atos humanos, precisa ser alicerçada no fundamento sólido da verdade, ou seja, ela deve ser iluminada de tal modo que reconheça o verdadeiro valor das ações concretas e os critérios avaliativos moralmente certos, de forma que saiba distinguir entre o bem e o mal realizado ou que se pretenda realizar.

A consciência, por sua vez, nos possibilita a responsabilidade dos nossos atos deliberados. A verdade em relação ao bem e ao mal é conhecida concretamente pelo juízo prático da consciência, que leva a pessoa a assumir a responsabilidade do ato realizado. É esse

juízo prático da consciência que leva a pessoa humana a cumprir um ato determinado. Deus mesmo fala a nossa consciência. Na qualidade de voz ativa de Deus no homem, a consciência nos estimula a fazer atos segundo aquilo que conhecemos como certos. Ela é a força impulsionadora para o agir moral. Ela que irá fazer com que a pessoa se alegre pelo bem realizado ou se sinta culpada pelo mal feito.

A sociedade de hoje nos bombardeia com tantas correntes e ideologias destrutivas da vida moral que acabam por vezes distorcendo a própria liberdade e desqualificando as normativas morais da nossa consciência, deixando-a enfraquecida. Isso faz com que erroneamente se pense que nossas más ações sejam algo natural, tirando todo o peso da responsabilidade de nossas ações e da culpabilidade de nossos juízos. Isso perverte o sentido mais profundo do pecado que é o desgosto e a ofensa a Deus. A ausência de regras, limites e princípios não liberta ninguém, ao contrário o torna escravo de desejos, da busca insana do prazer provocando carências e criando um vazio existencial.

Portanto, para se ter o verdadeiro sentido do pecado, é preciso formar uma consciência moral segundo os ensinamentos da Igreja à luz das Sagradas Escrituras. Escutar e pôr em prática a voz que ressoa no coração que nos convida a fazer o bem e evitar o mal. É fundamental formar a consciência, pois ela é o termômetro moral dos atos humanos e o fundamento da nossa liberdade, que nos garante o verdadeiro juízo em relação aos nossos atos. Mas isso só é possível se antes tivermos uma relação profunda e autêntica com Deus, fundamento da ordem moral. Somente na relação filial com Deus, podemos orientar a nossa vida moral. O verdadeiro sentido do pecado se dá pela consciência moral.

Mesmo com inúmeras correntes, ideologias e mudanças destrutivas, que vem disseminando o mal, destruindo a nossa consciência moral, somos chamados a redescobrir a imagem e semelhança de Deus em nós. Somos chamados também, a orientar a nossa vida no seguimento de Cristo, trabalhando nossa opção fundamental de cristãos à obediência e à escolha da fé. É fundamental ter em mente que todas as nossas ações precisam ser orientadas para o bem do próprio homem e para o seu fim último que é o próprio Deus.

O homem nasce sujeito à culpa original e, por causa da fragilidade de sua natureza tende sempre ao pecado. Somente pelo autoconhecimento dessa realidade, pode se aproximar da libertação oferecida por Deus no sacramento da penitência. Isso exige a conversão do coração que engloba o arrependimento do pecado cometido e o empenho de uma mudança de vida que se manifesta pela confissão sacramental feita à Igreja, pela adequada satisfação do mal cometido. Deus por sua vez, concede ao penitente arrependido o perdão dos pecados pelo intermédio da Igreja, que age através do sacerdote.

A condição prévia para que o sacramento da penitência (confissão) tenha os seus efeitos na vida do penitente é o arrependimento dos pecados. Sem o arrependimento não há confissão sacramental. Ele se dá pela sincera mudança de vida, pois é o juízo da consciência, fazendo com que o sujeito se responsabilize pelo mal cometido.

O sacramento da penitência é o verdadeiro refúgio do pecador, através dele somos libertados do peso que o pecado nos atribui. Em nenhum outro lugar podemos experimentar a misericórdia e a compaixão de Deus de modo tão imediato, como nesse sacramento. Não é fácil confessar diante do sacerdote os pecados, falar de erros e faltas cometidas, mas ao confessar e receber a absolvição do sacerdote, a pessoa experimenta uma libertação interior, uma paz espiritual e uma alegria que só esse sacramento pode oferecer.

A Igreja constantemente pede aos pastores que redescubra esse sacramento na vida paroquial, e que sempre estejam dispostos a administrá-lo, pois, o sacramento da penitência nos possibilita a reconciliação com Deus, com a Igreja e com os irmãos. Ele foi instituído pelo próprio Cristo, para continuar na Igreja a sua obra redentora.

O pecado persiste no mundo por causa da fragilidade da natureza humana, sempre disposta a pecar. A Igreja, por sua vez, tem a missão de conduzir a humanidade e zelar por sua salvação buscando fazer com que o reino de Deus aconteça. Por fim, a partir de uma reflexão sobre nosso trabalho, podemos concluí-lo, com possibilidades de retorno para outros estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2019.

1. Documentos da Igreja

BENTO XVI. **Catequese sobre Santo Agostinho**. Audiência geral, Sala Paulo VI – Cidade do Vaticano, 9 de janeiro de 2008. Acessado em: 18/04/2022. Disponível em: <https://agostinianos.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Catequese-de-Bento-XVI-sobre-Santo-Agostinho.pdf>.

BENTO XVI. Carta Encíclica *Spe Salvi*: Sobre a Esperança Cristã. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI, Carta encíclica, *Deus caritas est*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

BENTO XVI. **Discurso aos participantes da Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida**. Dicasterio para a comunicação – Libreria Editrice Vaticana. Roma-Vaticano, dia 24 de fevereiro de 2007. Acessado em: 05/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20070224_academy-life.html

BENTO XVI. **O Diagnóstico sobre a crise da Igreja e dos abusos sexuais do clero**. Publicado no dia 11 de abril de 2019. Acessado no dia: 19/09/2022. Disponível em português pelo site Acidigital do qual preferimos usar, por sua fidelidade com o texto original: <https://www.acidigital.com/noticias/o-diagnostico-de-bento-xvi-sobre-a-crise-da-igreja-e-dos-abusos-sexuais-do-clero-28270>

BENTO XVI. **Audiência Geral, sala Paulo VI: O ano da fé. Os caminhos para chegar ao conhecimento de Deus**. Publicado em: 14 de novembro de 2012. Acessado em: 21/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2012/documents/hf_ben-xvi_aud_20121114.html

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CEC). São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2000.

COMISSÃO TEOLÓGICO INTERNACIONAL. **Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à Imagem de Deus**. 2004, n. 44. Acessado em: 15/08/2022. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html#1\)_Corpo_e_alma](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html#1)_Corpo_e_alma)

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Para redescobrir o “Rito da Penitência”**. Vaticano, 2015. Acessado em: 10/10/2022. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_notitiae-2015-quaderno-penitenza_po.html

DENZINGER, Henrici. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja Católica**. São Paulo: Paulinas/ Loyola, 2007.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Sobre a sagrada liturgia: *Sacrosanctum Concilium***. 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Dogmática sobre a Igreja: *Lumen Gentium***. 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). **Const. Past. Sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo, *Gaudium et Spes***, 1º ed. São Paulo: Paulos, 1997.

FRANCISCO. **Já não escravos, mas irmãos**. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2015, nº 2. Vaticano, 8 de dezembro de 2014. Acessado em: 12/04/2022
Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20141208_messaggio-xxviii-giornata-mondiale-pace-2015.html

FRANCISCO. Exortação Apostólica, ***Evangelii Gaudium***: a alegria do Evangelho. São Paulo-SP: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. **Angelus**. Praça de São Pedro, Domingo, 30 de junho de 2013. Acessado em: 01/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2013/documents/papa-francesco_angelus_20130630.html

FRANCISCO. Mensagem para o dia mundial das missões de 2019: **Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo**. Publicada no dia: 20 de outubro de 2019. Acessado em: 21/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20190609_giornata-missionaria2019.html

FRANCISCO. **Homilia da missa presidida pelo Papa Francisco na casa santa Marta no dia 16/05/2020 da quinta semana da Páscoa**. Publicado pelo site Vatican News no dia, 16 de maio de 2020. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: <http://www.vaticannews.cn/pt/papa-francesco/missa-santa-marta/2020-05/papa-francesco-missa-santa-marta-coronavirus-mundanismo-igreja.html>

JOÃO PAULO II. Carta encíclica, ***Veritatis Splendor***. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica: *Reconciliatio et Paenitentia*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1985.

JOÃO PAULO II. **Discurso ao primeiro grupo de bispos da conferência episcopal da Espanha em visita “Ad Limina Apostolorum”**. Publicado em: 24 de janeiro de 2005. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2005/january/documents/hf_jp-ii_spe_20050124_spanish-bishops.html

JOÃO PAULO II. **Homilia do Papa João Paulo II**: Santa Missa Jubilar do Ano Santo com o Episcopado Italiano, Basílica de São Pedro. Publicado em: 14 de abril de 1983. Acessado em: 26/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1983/documents/hf_jp-ii_hom_19830414_giubileo-redenzione.html

PENITENCIARIA APOSTÓLICA. **O sacramento da penitência em sete alocuções e uma carta apostólica do Papa João Paulo II**: Prefácios de 1992 e de 1996 do cardeal Angelo Sodano. Cidade do Vaticano, 04/03/1992. Acessado em: 11/10/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/tribunals/apost_penit/documents/rc_trib_appen_doc_20000613_penance_po.html

PIO XII. Radiomensagem ao Congresso Catequético Nacional dos EUA em Boston (26/10/1946). In: PIO XII. *Discorsi e Radiomessaggi*. VIII. Roma: SAS, 1947. Também disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/en/speeches/1946/documents/hf_p-xii_spe_19461026_congresso-catechistico-naz.html

PONTIFÍCIO CONCELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Trad.: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

RATZINGER, Joseph. **Discurso do Cardeal Joseph Ratzinger no centenário da morte do Cardeal John Henry Newman**, em 28 de abril de 1990. Acessado em: 24/08/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900428_ratzinger-newman_po.html

RATZINGER, Joseph. **Homilia do Cardeal Joseph Ratzinger**: Santa Missa “Pro Eligendo Romano Pontifice”, capela papal. Publicado em: 18 de abril de 2005. Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: https://www.vatican.va/gpII/documents/homily-pro-eligendo-pontifice_20050418_po.html

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. **Sacramentário: penitência**. 2. ed. 2013, 5. Reimpressão. São Paulo: Paulus, 2020.

2. Livros e Teses

AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião**. 1.ed. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. 4.ed. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De Magistro**. 1.ed. Tradução: de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Gênesis**. 1.ed. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Parte II. 6.ed. Tradução de Oscar Paes Lemes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. 3.ed. Tradução de Agustino Belmonte. São Paulo: Editora Paulus, 1995.

BETTENCOURT, Estêvão. **Curso de Teologia Moral**. Rio de Janeiro: Mater Ecclesiae, 1986,

BRIGHT, John. **História de Israel**. Trad.: Luiz Alexandre Solano Rossi/Eliane Cavaliere Solano Rossi. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Trad.: Ilson Kayser. São Paulo: Editora Teológica, 2004.

COSTA, França. **Jesus Cristo, o único salvador: Cristologia-Soteriologia**. 2ª Ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2020.

COMPAGNONI, Francisco; Giannino Piana; Salvatore Privitera. **Dicionário de Teologia Moral**. Trad.: Lourenço Costa, Isabel F. L. Ferreira, Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997.

COLOM, Enrique/LUÑO, Ángel Rodríguez. **Escolhidos em Cristo para ser santos**. I. Moral Fundamental. Trad.: Caio Penna Chaves e José Lino C. Nieto. 2 ed. São Paulo: Quadrante, 2016.

ECHEGARAY, J. Gonzáles; ASURMENDI, J.; MARTINEZ, F. García; SCHÖKEL, L. Alonso; CARO, J. M. Sánchez; BARRERA, J. Trebolle. **A bíblia e seu contexto**. Vol. 1, 2 ed. Tradução: Antônio Eduardo Quirino de Oliveira, Mário Gonçalves. São Paulo, SP: Ave-Maria. 2000.

EICHRODT, Walther. **Teologia do Antigo Testamento**. Trad.: Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Hagnos, 2004.

FERNANDES, Maria Imaculada Azevedo. **Interioridade e conhecimento em Agostinho de Hipona**. Tese (mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11759>>. Acesso em: 02/03/2022.

FLÓREZ, Gonzalo, **Penitência e unção dos enfermos**. Trad.: Antônio Efro Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2007.

GANOCZY, Alexandre. **Os sacramentos**: estudo sobre a doutrina católica dos sacramentos. Trad.: Silvino Arnhold. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. 2.ed. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Editoras Discurso editorial; Paulus, 2010.

HARRINGTON, Wilfrid John. **Chave para a Bíblia**, a promessa, a realização. Tradução: Josué Xavier, Alexandre Macintyre. São Paulo: Paulus, 1985.

HÄRING, Bernhard. **A lei de Cristo**: teologia moral. Vol. 1. Trad.: Raimundo Moura. 4. ed. São Paulo: Editora Herder, 1960.

KASPER, Walter. **A misericórdia**: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã. Trad.: Beatriz Luiz Gomes. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LIGÓRIO, Afonso Maria. **Teologia Moral**: Tomo I, Da Regra dos Atos Humanos. 2ª ed. Trad.: William Bottazzini Rezende; Tiago Gadotti. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2017.

MATINES, Paulo. **O ato moral segundo Tomás de Aquino**. Artigo científico. Marília-São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, Publicado em 2019 no Site Scielo-Brasil.

Acessado em: 23/08/2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/6c8G4JTJvp6JXqMqY7YPfPR/?lang=pt#>

MARÍN, Antonio Royo. **A fé da Igreja: em que deve crer o cristão de hoje**. 2 ed. Campinas: Ecclesiae, 2018.

MIRANDA, Mário de França. **Sacramento da Penitência**: o perdão de Deus na comunidade eclesial. São Paulo: Ed. Loyola, 1978.

MORESCHINI, Claudio. **História da filosofia patrística**. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

MORAES, Rafael Stanzione. **Por que confessar-se**. 6ª ed. São Paulo: Quadrante, 2016.

NASARRE, Eugenio. **La Carta al Duque de Norfolk. El primado de la consciência.** Tradução livre. Pesquisado em: 23/08/2022. Disponível em: <https://www.fpablovi.org/firma-actualidad/1050-la-carta-al-duque-de-norfolk-el-primado-de-la-conciencia>

NOVAES, Moacyr. **A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho.** 2.ed. São Paulo: Editoras Discurso editorial; Paulus, 2009.

NOVAIS, Luís Manuel Leitão. Tese de mestrado intitulado: **O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado.** Braga-Portugal – Faculdade Católica Portuguesa: Faculdade de Teologia, 2013, p. 93, nota 2, apud J. CORDEIRO, «A celebração da penitência e da reconciliação...», in Boletim de Pastoral Litúrgica, 116. Acessado em: 08/08/2022. Disponível em: file:///D:/1%20-%20TCC%20de%20teologia/SRCP_Final2013_E.pdf

RAMOS, Regidor José. **Teologia do Sacramento da Penitência.** Trad.: Roque Frangiotti; revisão José Joaquim Sobral. São Paulo: Paulus, 1989.

RAD, Gerhard Von. **Teologia do Antigo Testamento.** Trad.: Francisco Catão. 2. ed. São Paulo: Aste/Targumim, 2006.

ROUILLARD, Philippe. **História da penitência: das origens aos nossos dias.** Trad.: Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1999.

SADA, Ricardo; MONROY, Alfonso. **Curso de Teologia Moral.** 3 ed. Trad.: José Coutinho de Brito. Portugal-Lisboa: Ed. Rei dos Livros, 1989.

SCHNELLE, Udo. **Teologia do Novo Testamento.** Trad.: Monika Ottermann. Santo André-SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2010.

TAMAYO, Juan José. **Novo Dicionário de Teologia.** Trad.: Celso Márcio Teixeira; Antonio Efro Feltrin, Mário Gonçalves. São Paulo: Paulus, 2009.

TOMÁS de Aquino. **Suma Teológica I^a II^{ae}.** São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 32. (*ST*, I^a II^{ae}, q. 1, a. 1.

WEBER, Rodolfo. **Visita Ad Limina.** Acessado em: 25/09/2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/visita-ad-limina-3/>